



Universidade Federal
de Campina Grande

PROFSOCIO

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

FABIANO FEITOSA DE FARIAS

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERATURA:
MODERNIDADE E REALISMO SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS**

**SUMÉ - PB
2021**

FABIANO FEITOSA DE FARIAS

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERATURA:
MODERNIDADE E REALISMO SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS**

Material Didático (Guia Pedagógico) apresentado ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO – ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Orientador: Professor. Dr. Rozenval Almeida e Sousa.

SUMÉ - PB

2021



F224e Farias, Fabiano Feitosa de.
Ensino de Sociologia e Literatura: modernidade e realismo social em Machado de Assis. / Fabiano Feitosa de Farias. - 2021.

117 f.

Orientador: Prof. Dr. Rozenval de Almeida e Sousa.

Material Didático (Guia Pedagógico) - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Sociologia e literatura. 2. Ensino de Sociologia – Ensino Médio. 3. Realismo social. 4. Conhecimento poderoso. 5. Interdisciplinaridade. 6. Literatura e Sociologia. 7. Machado de Assis – Análise sociológica. 8. Guia Pedagógico – Sociologia e Literatura. I. Souza, Rozenval de Almeida e. II. Título.

CDU: 316:8(036)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

FABIANO FEITOSA DE FARIAS

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERATURA:
MODERNIDADE E REALISMO SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS**

**Material Didático (Guia Pedagógico)
apresentado ao Curso de Mestrado
em Sociologia em Rede Nacional –
PROFSOCIO – ministrado no Centro
de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Sociologia.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Rozenval Almeida e Sousa.
PROFSOCIO / CDSA / UFCG
Orientador**

**Professor Dr. José Marciano Monteiro.
PROFSOCIO / CDSA / UFCG
Examinador Interno**

**Professora Dra. Júnia Marúcia Trigueiro de Lima.
UACIS / CDSA / UFCG
Examinadora Externa**

Trabalho aprovado em: 13 de maio de 2021.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho a todos que dele possam se valer como meio para atingir o fim proposto pelo mesmo: melhorar a qualidade do ensino de Sociologia. Especialmente aos professores intitulados “comunistas de mesa de bar” da cidade de Sertânia, que não se deixam abater diante das agruras que se impõem à docência e diante delas criam oportunidades para melhorar a educação naquilo que está ao seu alcance e fora dele.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus torcedores incondicionais: meu pai, Francisco Feitosa e minha mãe, Dona Vera. Entusiastas das minhas vitórias nas batalhas a que me lanço e apoio constante nas derrotas. Vocês me fortalecem.

Agradeço de maneira muito especial ao amigo e incentivador, professor João Lúcio, pela sua abnegação e altruísmo em ajudar sempre os companheiros de labuta e de vida, sem o qual não teria sequer me lançado ao desafio que doravante seria um divisor de águas na minha trajetória profissional, pessoal e acadêmica.

Agradeço aos colegas de trabalho, pela compreensão nas necessárias adaptações de distribuição do horário das aulas para que pudesse cursar de forma satisfatória esse maravilhoso curso.

Agradeço ao meu orientador, professor Rozenval Almeida e Sousa, o nosso professor Estrela, que iluminou minha mente nos momentos em que a obscuridade de ideias se formava e teimava em se dissipar. Agradeço à professora Júnia Trigueiro e ao professor Marciano Monteiro pelas enriquecedoras sugestões e contribuições durante o exame de qualificação. Pela atenção dispensada na leitura do trabalho e pela franqueza cortês com que fizeram suas colocações. Aos colegas de curso, com os quais pude dividir momentos riquíssimos de descontração e aprendizado, a turma do PROFSOCIO 2019. À secretaria e coordenação do curso. À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos conferida a mim e que de tão grande valia foi.

“No dia em que a universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso. Explico-me: o diploma era uma carta de alforria; se me dava a liberdade, dava-me a responsabilidade.”

Machado de Assis

RESUMO

A intenção desse trabalho é a de contribuir de forma prática e ativa para a melhoria da qualidade do ensino de Sociologia na escola de ensino médio, oferecendo discussões sobre temas da Sociologia e que são frequentes na nossa sociedade. O trabalho desenvolveu-se apoiado naquilo que é uma das prerrogativas constantes nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia, que é a interdisciplinaridade, a qual desenvolvemos com a Literatura. Para tanto, propusemos um trabalho de validação da obra de Machado de Assis sob o viés da Sociologia aliado a um guia pedagógico, no qual direcionamos, em cinco lições, um trabalho de análise sociológica e literária na tentativa de alcançar o conhecimento poderoso.

Palavras-chave: Sociologia; Literatura; Ensino Médio; Interdisciplinaridade; Conhecimento Poderoso.

RÉSUMEM

La intención de ese trabajo es de contribuir de manera práctica y activa para la mejora en la calidad de la enseñanza de Sociología en la escuela de enseñanza media, ofreciendo discusiones sobre temas de la Sociología y que son frecuentes en nuestra sociedad. El trabajo se desarrolló soportado en las prerrogativas encontradas en las Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para la enseñanza de Sociología, que es la interdisciplinaridad, la cual desarrollamos junto a la Literatura. Para eso, propusimos un trabajo de validación de la obra de Machado de Assis bajo la parcialidad de la Sociología aliado a una guía pedagógica, en la cual dirigiremos, en cinco lecciones, un trabajo de análisis sociológico y literario con el intento de alcanzar el conocimiento poderoso.

Palabras clave: Sociología; Literatura; interdisciplinaridad; conocimiento poderoso.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	REFERÊNCIAS.....	22
	APÊNDICE A – GUIA PEDAGÓGICO: ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERATURA: MODERNIDADE E REALISMO SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma tentativa de subsidiar professores da disciplina de Sociologia propondo um debate sobre temas variados, que envolvem raça, classe, cultura, política, poder, cidadania e democracia. Sempre procurando os caminhos traçados pela sociedade para que se alcance cada um dos tópicos demarcados acima. Esse diálogo procura se alicerçar na ciência, na história, e nos movimentos realizados pelas sociedades e, em especial a brasileira, promover uma busca por respostas a alguns questionamentos nos campos das Ciências Sociais, sejam eles: Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas. Ademais, estudar as raízes de alguns dos nossos problemas sociais se faz necessário para que possamos compreender como eles surgiram e buscar algum remédio que possa, se não curar, pelo menos mitigar seus danos – se é que isso é função da Sociologia. E para tal tarefa propomos o uso de uma literatura que traz em si elementos de época, mas que, mesmo sendo ficcional, traz também as configurações de uma sociedade impregnada das estruturas políticas e sociais, tão necessárias à compreensão da sociedade de seu tempo e, conseqüentemente, da nossa, que veio do “aprimoramento” daquela. Então surgiu o tema: ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERATURA: MODERNIDADE E REALISMO SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS.

Todavia quando pensamos o tema que geraria a elaboração desse material nos veio o seguinte questionamento: *Será a Literatura viável para o ensino de Sociologia?* E foi sobre isso que nos debruçamos enquanto pesquisadores para responder à questão guia da elaboração do nosso trabalho, uma vez que sabemos do caminho inverso: utilizar os conhecimentos da Sociologia para elucidar questões da sociedade que compõe uma época e suas influências para a composição das escolas literárias e com isso contribuir para o ensino de Literatura. Daí o pensamento em fazermos engenharia reversa e utilizarmos a Literatura como material empírico para desenvolver a imaginação sociológica necessária para compreender como se formularam determinadas questões que se convertem em temas que serão trabalhados no transcorrer do guia pedagógico que aqui será oferecido.

Para realizarmos nosso trabalho estabelecemos os seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVO GERAL:

- Validar a literatura machadiana como material empírico para aplicação dos conceitos e teorias da Sociologia em temas encontrados nos textos de Machado de Assis.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apontar os temas que deveriam ser estudados e debatidos;
- Discutir os temas através de teorias sociológicas;
- Demonstrar a aplicação das teorias sociológicas nos temas encontrados nas obras;
- Analisar os textos numa perspectiva sociológica;
- Compor um quadro conceitual diante do conteúdo estudado;
- Validar a obra machadiana como sendo um material empírico consistente para o ensino de Sociologia;
- Criar um guia pedagógico orientado pelos passos anteriores.

Para realizar a empreitada na qual nos propomos nos valeremos de diversos autores do ramo das Ciências Sociais e da literatura machadiana como ferramenta de análise, não só pelo seu valor documental, mas também por acreditarmos que a literatura é necessária ao crescimento individual do leitor e lhe atribui poder, seja no tocante do crescimento do seu patrimônio vocabular, seja de um nível aprofundado de leitura de mundo e capacidade interpretativa daquilo que lê. Acreditamos que a literatura machadiana tem, como várias outras, importância para a compreensão de como se deu a formação da nossa sociedade, e como ela pode contribuir para a formação do leitor. Tal formação o auxiliará a compreender a sociedade sob a ótica do autor, porém fazendo sua própria leitura e tirando suas próprias conclusões e críticas, uma vez que esse estudo será orientado por temas que serão debatidos sob o viés sociológico, gerando assim conhecimento poderoso (YOUNG, 2007).

Imaginemos uma escola que tem seu currículo preocupado com um nível de conhecimento elevado a um patamar que possibilite a clientela pensar por si e não se deixar levar por aquilo que a informação de massa venha lhe oferecer. É a essa escola e esse nível de formação que desejamos contribuir para a construção quando pensamos em um espaço que ultrapassa o comum e oferta o algo a mais. Um

currículo formulado naquilo que o estudante já tem como natural não o ajuda a sair do ponto em que se encontra. Não estamos dizendo com isso que não se deva aproveitar os conhecimentos prévios trazidos para o chão da escola. O que estamos propondo é que seja oferecido um conhecimento que o leve a pensar para além da sua realidade local, levando-o a raciocinar de forma universalizada, podendo compreender que as coisas e situações não são meramente como se apresentam. Tendo, por exemplo, condição de analisar situações e questões conjecturando tipos ideais para formular uma análise, algo intangível se ele permanecer onde se encontra, em termos de conhecimento. Seria um “sair da caverna”. Esse poder de enxergar o mundo de uma forma mais ampla e geral, sem se limitar àquilo que simplesmente lhe é oferecido e lhe dar a possibilidade de criar suas próprias interpretações do mundo à sua volta. Young (2007), em um artigo à revista *Educação & Sociedade* diz que:

O conhecimento dependente de contexto diz a um indivíduo como fazer coisas específicas. Ele não explica ou generaliza; ele lida com detalhes. O segundo tipo de conhecimento é o *conhecimento independente de contexto* ou *conhecimento teórico*. É desenvolvido para fornecer generalizações e busca a universalidade. Ele fornece uma base para se fazer julgamentos e é geralmente, mas não unicamente, relacionado às ciências. É esse conhecimento independente de contexto que é, pelo menos potencialmente, adquirido na escola e é a ele que me refiro como *conhecimento poderoso*. (YOUNG, 2007, p. 1296)

Dorothy Sayers, em uma palestra proferida em 1947, nos trazia algo relativo a um tipo de conhecimento que levasse a população estudante a pensar. Mesmo não tocando diretamente naquilo que Young (2007) viria chamar de conhecimento poderoso, ela chama atenção para o fato de a capacidade de pensar por si e argumentar de maneira plausível estar se perdendo na educação moderna. Não é raro, em discussões nas salas de professores do Ensino Médio, surgir o já quase axioma de que quando os estudantes terminarem o terceiro ano estarão prontos para cursar o ensino médio. Isso decorre da fragilidade na capacidade de formular sentenças próprias de argumentação, que Sayers (2010) revela como sendo uma das ferramentas perdidas da educação. Ela ressalta como é enfadonho assistir debates políticos, e outros tipos congêneres, em que as perguntas não são sequer respondidas contemplando o que foi perguntado. Ela atribui a esse tipo de déficit a ausência da dialética e da retórica, ferramentas que faziam parte do *Trivium*

estruturante da educação na idade média e que daria base para o saber pensante e alicerce para os demais saberes ou ciências.

O currículo era dividido em duas partes: o *Trivium* e o *Quadrivium*. [...] O que nos interessa aqui é discutir o *Trivium*, que precedia o *Quadrivium* e era composto por disciplinas consideradas prerrogativas. Consistia ele de três partes: *Gramática*, *Dialética* e *Retórica*, nessa ordem. [...] pensamento. Na verdade, o Trivium todo tinha a intenção de ensinar ao aluno o uso apropriado das ferramentas [de estudo] da educação, antes que ele começasse a aplicá-las às “matérias” [propriamente ditas]. (SAYERS, 2010, p. 198)

Isso nos leva a crer que a modernização do ensino, alheio a algo que era tão valorizado no passado, como o ato de pensar, esteja sendo negligente no tocante à importância da literatura universal para a formação do imaginário e, porque não dizer, do ócio produtivo. Pensando que na leitura de uma obra podemos formular raciocínios definidores para questões de moral, criação de cenários e até mesmo imaginar um ou outro final para um romance que poderia ter um final feliz e acaba com uma tragédia. Particulariza o indivíduo justamente porque ao adquirir a capacidade de raciocinar por si o retira da massa manobrável da mídia de consumo de bens e de outros fins.

Livrar, ou pelo menos tentar, os estudantes e nós mesmos do idiotismo persistente de achar que acha alguma coisa e tentarmos nos aprofundar nas questões antes mesmo de opinar sobre o que elas representam é algo tangível, mesmo que à primeira vista pareça inexecutável. Perceber no nosso cotidiano a superficialidade das questões e, sobretudo, da forma como são tratadas causa espanto quando paramos um pouco e não nos deixamos levar pela imprensa de massa e pelo senso prático comum. Chamamos de senso prático comum aquele pensamento que por comodismo nos negamos a questionar por ser mais fácil de aceitar, mesmo tendo consciência de que algo é questionável, simplesmente porque nos foi trazido daquela forma. Nesse sentido não só a literatura, como também a Sociologia são ferramentas libertadoras das acorrentes que transformam o indivíduo em massa.

É preocupados com a possibilidade de contribuição que pode trazer a união entre Sociologia e Literatura na formação do estudante que estamos pensando um trabalho para a escola que queremos, os estudantes que desejamos e os cidadãos que precisamos. E para tal tarefa é imperativo que saíamos do estágio estacionário

educacional e formativo em que nos encontramos. Falar que a educação está mudando é sacudir um pó para maquiagem o que realmente está acontecendo, mas não nos debruçaremos sobre essa questão, embora seja necessária. Pois há tempos que as escolas formam, de modo geral, massas para o trabalho, e essa educação servil mecaniza a população e estreita sua visão de mundo, uma vez que a limita a enxergar apenas o emprego, o famigerado trabalho que provê o pão de cada dia. Não que o emprego, o sustento seja algo relegável, não é disso que se trata, o que se trata é de se poder escolher o que se deseja realizar enquanto tarefa, de ter o poder de decisão sobre o que fazer tendo um conhecimento aprofundado naquilo que se deseja realmente conhecer. Não impedindo, por exemplo, a dileção por uma área de conhecimento e trabalhar em outra.

A opção por uma educação voltada quase que exclusivamente para o mundo do trabalho, sobretudo na educação pública nacional, nos empurra para uma educação de homem-massa (ORTEGA y GASSET, 2003), que recebe a realidade pronta porque foi pensada por alguém que se deu ao trabalho de elaborar o espaço da forma que julgou que assim seria melhor, e por receber essa realidade pronta o homem-massa não a questiona, tão somente aceita.

Isto nos leva a apontar no diagrama psicológico do homem-massa atual dois primeiros traços: a livre expansão de seus desejos vitais, portanto, de sua pessoa, e a radical ingratidão a tudo quanto tornou possível a facilidade de sua existência. Um e outro traço compõem a conhecida psicologia da criança mimada. E, com efeito, não erraria quem utilizasse esta como uma quadrícula para olhar através dela a alma das massas atuais. (ORTEGA y GASSET, 2003, p. 35)

Modificar uma realidade estabelecida e tentar promover uma formação de indivíduos e não de massa é desafiador. Diante de um desafio tão imponente é que propomos sair da tradicional forma de ensinar Sociologia e propor algo que atenda a um conhecimento poderoso retomando, onde for possível, alguma das ferramentas perdidas da educação – como colocara Dorothy Sayers – até chegarmos, quem sabe, em uma educação liberal no sentido trazido por Zamboni (2011).

Zamboni vem trazer justamente aquilo que pensamos ser algo libertador na educação, o ato de poder ser, de fazer independente, de sair do igual e tornar-se algo a mais. Enaltecer essa capacidade diletante de não ser necessário ter o diploma de filosofia para conhecer profundamente Aristóteles ou Foucault. Sair do

enquadramento imposto pelas instituições de ensino, que tecnicizam a formação para um fim, faz-se necessário diante do imperativo de dirigentes que pensem de maneira ampla, de modo a conseguir observar o todo e não somente o particular que se coloca diante dos seus olhos. Pois quem se lança a alcançar horizontes mais distantes tem capacidade de conhecer mais opções para resolução de problemas das mais variadas magnitudes. Porém, para tanto, é preciso pensar de forma universalizada, abrangente, desprendida de limites impostos pelos outros, uma vez que

(...) a preparação para a vida profissional, nas universidades “não aspira já a introduzir o jovem no mundo como um todo, mas apenas num setor particular e limitado do mundo. A educação liberal se distingue dessa educação profissionalizante e utilitarista – que se limita a transmitir conhecimentos específicos e habilidades para o desempenho de uma profissão – por privilegiar a formação da personalidade, visando a orientar o homem inteiro nas questões mais importantes. (ZAMBONI, 2011, p, 135)

Concluimos que se conseguirmos introduzir um pensamento mais liberal na educação, resgatando ferramentas outrora esquecidas, aliadas a um modo de produção de conhecimento com base forte na leitura, na prática oral e de pensamento conseguiremos reduzir o tamanho do abismo gerado na produção e manutenção do conhecimento produzido na escola, tornando-o poderoso para o estudante. Pois a atividade fim, aqui, é melhorar a prática de sala de aula de forma que o estudante possa ter um autodidatismo capaz de fazer com que ele seja contemplado com a capacidade de aprender a aprender. E não simplesmente saber que aprendeu alguma coisa sem ter noção de como ocorreu o processo, mas para isso ele deve ter autonomia no processo, liberdade para criar processos de assimilação que o propiciem esse lugar de autossuficiência pedagógica. E a partir daí, com um método próprio, conseguir criar estratégias para estudar outras disciplinas com um método próprio e que facilite o seu próprio entendimento.

A educação liberal dá os instrumentos para empreender qualquer estudo com mais facilidade, relacionando os novos conhecimentos com base em outros mais duráveis e enquadrando-os numa hierarquia. As informações dependem de um quadro conceitual que lhes dê inteligibilidade, e uma hierarquia dentro da qual se podem inserir os novos conhecimentos. Por isso, a educação liberal é superior a uma educação meramente informativa. (ZAMBONI, 2011, p, 138)

Não estamos dizendo que a figura do professor é dispensável, tampouco sugerindo sua exclusão do processo. Pelo contrário, é ele, o professor, quem deve trazer para si a responsabilidade de levar o estudante a alcançar esse tão alto e difícil patamar do qual estamos falando nesses últimos parágrafos.

Um outro lado da literatura que agrega como ferramenta é que ela pode ser educativa e humanizadora e que, portanto, aproxima-se da função da Sociologia. Embora a literatura venha carregada de intencionalidade, ela não vem interpretada, pelo contrário, traz consigo reflexos da sociedade, que na perspectiva do narrador mostra uma forma de ver a realidade sob um prisma que revela uma verdade através da verossimilhança. Então, se a literatura ensina a pensar, ou pelo menos instiga, tem valor educativo, mesmo que não seja pedagógico. E quanto ao caráter humanizador, advém daquilo que ela é capaz de trazer da realidade para a ficção e do quanto ela pode trazer da ficção para a realidade. Abrir os olhos para as crueldades e intempéries da vida das quais muitas vezes não temos conhecimento é função da literatura, seja ela ficcional, jornalística, romancista, é através dela que chegamos a ter conhecimento do quão pode ser bela a vida, mas também o quanto ela pode ser cruel. Foi através da literatura que denúncias sociais, como na literatura regionalista ou mesmo os contos realistas/naturalistas, trouxeram à tona problemas sociais que passavam despercebidos às massas mais bem favorecidas e que afligiam comunidades inteiras, fossem elas de flagelados das secas nordestinas e até mesmo sulistas, fossem os miseráveis dos morros situados nas metrópoles brasileiras.

Todavia o uso da obra literária enquanto ferramenta educativa, sem o uso pedagógico da Sociologia como guia, pode gerar uma espécie de alienação por rotular determinadas comunidades – como no caso da literatura regionalista e urbanista – por limitar a visão do leitor para aquilo que é relatado na obra, criando um estigma ao invés de uma denúncia. Ou seja, sendo orientado, o uso da literatura serve também como meio humanizador, sensibilizando para os problemas sociais que afetam e castigam comunidades e indivíduos menos favorecidos. Até mesmo nos documentos regulatórios encontramos citações que preconizam a indicação da parceria entre a Literatura e a Sociologia. As OCN's (2006) de Ciências humanas e suas tecnologias no capítulo reservado à disciplina de Sociologia faz menção à interdisciplinaridade e, inclusive, a necessidade de se trabalharem de maneira

associada as duas disciplinas, haja vista a completude que uma tem para com a outra. Dificilmente um professor de Língua Portuguesa ou Literatura Brasileira conseguirá apresentar qualquer escola literária sem o fator sociedade como elemento constitutivo das obras.

Com as Artes, ou no caso específico da Literatura (Brasileira e Portuguesa), a simbiose é mais acentuada. Não há teoria estética, história da arte, crítica literária que prescindam inteiramente de fundamentos sociológicos. O contexto social – o público, por exemplo – é um elemento impossível de se ignorar quando está em causa o estudo da obra de arte. Por outro lado, parte do exercício de compreensão da sociedade feito pelas Ciências Sociais só foi possível com o recurso a obras de arte, em especial à Literatura, e não haveria exagero em dizer que muita obra literária é animada por uma perspectiva sociológica, mas infelizmente os sociólogos raramente incorporam uma perspectiva literária quando escrevem... (BRASIL, 2006, p. 114)

Se usarmos engenharia reversa veremos que o mesmo pode acontecer com a Sociologia. Da mesma forma com que o professor de Literatura incorpora e enriquece as suas aulas quando tem a dotação e o domínio dos principais conceitos das Ciências Sociais, o professor de Sociologia pode fazer uso das obras literárias como elemento empírico para aplicar os conhecimentos da matéria e desenvolver a imaginação sociológica no empírico que pode ser encontrado nas obras. Justificando mais uma vez a viabilidade e importâncias de se utilizar essa parceria interdisciplinar para o enriquecimento curricular e ampliar o horizonte intelectual dos nossos estudantes.

Outro fator, que já levantamos parágrafos atrás, é que incluir – ou reincluir – a leitura dos clássicos na vida acadêmica dos nossos estudantes é algo que pode melhorar substancialmente seu repertório vocabular e incentiva a uma intelectualidade um tanto rara nos dias atuais, pois se lê muita coisa, mas o problema reside na qualidade daquilo que nos chega para ser lido: publicidade excessiva, mensagens de grupos de redes sociais sem o menor zelo pelo vernáculo, campanhas publicitárias que para aproximar-se do falar do seu público alvo se valem de recursos coloquiais da língua fazem com que a leitura nossa de cada dia sofra uma pauperização linguística. Algo refletido nas provas que exigem do estudante habilidade e competência enquanto usuário da língua, a notoriedade se escancara nas temidas redações do ENEM, nas quais podemos perceber em que nível de

distanciamento os estudantes/leitores, principalmente da escola pública, estão da biblioteca.

Acreditando na ausência de frequentadores nas bibliotecas das escolas públicas, isso quando elas possuem bibliotecas, é que cremos na validade da introdução da literatura – sobretudo a machadiana – no ensino de Sociologia, pois além de incentivar a leitura fornece elementos para a compreensão da sociedade e ainda auxilia no aprendizado de outras disciplinas como História, Geografia, Filosofia e da própria Literatura enquanto disciplina. É inegável que no Brasil o número de leitores é muito aquém do de outros países, portanto é necessário também uma intervenção nesse sentido. Não sabemos se é por falta de uma cultura letrada e leitora, ou se por falta de criatividade dos escritores, que possam encantar com seus escritos, verdade mesma é que as cópias de modelos literários nos tidos clássicos pode ser o fato de não haverem leitores ávidos aqui no Brasil.

A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas...Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até menoscabo das nossas. (CANDIDO, 2000, p. 9)

Antônio Candido poder ter acertado nas suas colocações, todavia não é justificativa para não lermos, ou mesmo não termos acesso a uma boa leitura. Se a nossa literatura não é tão atraente do ponto vista ficcional, leiamos outras. O que não pode acontecer é cruzarmos os braços e deixarmos que esse “galho secundário” quebre e suas folhas sequem e desapareçam (CANDIDO, 2000). Não oferecer nada para ler é pior do que oferecer algo pouco interessante. E não estamos dizendo que a literatura machadiana não o é. Se não a considerássemos de tal maneira teríamos optado por outro autor ou tipo de literatura.

Acrescentamos ainda que, haja vista o número de professores em regência da disciplina de Sociologia com formação em outras áreas de conhecimento e a ausência de recursos, fugindo do livro didático, uma proposta a mais como subsídio para o ensino de Sociologia sempre será bem-vinda. E esse é, também, outro elemento motivador para esse trabalho. E, sendo assim, procuraremos validar a literatura machadiana como recurso didático para o ensino de Sociologia através de

perspectivas das quais ela já foi dissecada por diversos estudiosos, levando em consideração suas observações e, onde for cabível, trazer as nossas.

Para executar o que foi justificado acima nos utilizamos de uma metodologia de pesquisa qualitativa com um método dialético, considerando os contextos sociais em que se dão os temas estudados dentro de uma realidade sociológica, privilegiando, sempre que possível, o contraditório nos temas abordados. Para isso nossa pesquisa foi aplicada sobre a literatura de Machado de Assis e dos vários teóricos das Ciências Sociais de forma exploratória, para que pudéssemos causar familiaridade com a literatura em questão e com os próprios teóricos da Sociologia através de uma pesquisa bibliográfica que abarcou as duas frentes em pauta aqui nesse trabalho.

Na parte final desse trabalho trataremos de temas da Sociologia abrindo debates sobre eles e oferecendo suas respectivas competências e habilidades indicadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), constantes no **Guia Pedagógico** presente no **APÊNDICE A** desse trabalho, bem como propostas de atividades para serem desenvolvidas na escola e/ou fora dela. Não obstante, ofertamos os textos de Machado de Assis que servirão de base para a orientação do estudo em questão em cada módulo ofertado nesse trabalho, seja nos contos, romances ou crônicas jornalísticas. Cabe salientar que as lições elencadas no Guia Pedagógico estão fundamentados nos temas, teorias e conceitos da Sociologia e guiados pelo que rege as OCN's e a BNCC.

Assim, temos cinco lições estruturadas da seguinte maneira: Lição 1) *Preto, Branco, Amarelo: quem pintou o Homem? Raça e Meio ante as discussões de racismo, racismo e eugenia*; Lição 2) *Entre o historicismo e o cientificismo: a construção do povo brasileiro e a formação de duas categorias – Raça e Classe*; Lição 3) *Cultura na terra Tupiniquim*; Lição 4) *Cidadão: sou, ou não sou? Eis a questão - Pensamentos sobre cidadania no Brasil*; Lição 5) *Que país é esse, Brasil? – O caminho da democracia nacional*.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dedicado a levar conhecimento e produzir conhecimento não é fácil. Todos nós que fazemos educação conhecemos a estrutura da educação pública no Brasil, sabemos também que há uma distância enorme entre o que é oferecido nas escolas privadas em comparação com as públicas. É bem verdade que a qualidade do ensino público teve alguma evolução, todavia sabemos que a distância existente entre o capital cultural da clientela da pública em comparação com a da privada é abissal. Diante do déficit de capital cultural que os estudantes apresentam devemos tomar partido e sairmos das sombras dos meros comentários que a nenhum lugar levam. Propor alternativas com as quais o nível de conhecimento dos nossos estudantes possa subir é responsabilidade de todos os que se preocupam com a educação e a formação de uma população que brevemente estará tomando as decisões políticas do país. Para que uma sociedade se torne sensível e consciente do papel que ocupa onde vive, sobretudo nos dias atuais, é imperativo que ela possua o poder e o critério de análise dos contextos em que está inserida. A ferramenta para executar essa tarefa a Sociologia oferece.

No trabalho que ora se encerra, propomos discussões acerca de temas presentes no nosso cotidiano através de uma abordagem diferenciada. O diálogo com a literatura de forma interdisciplinar, com propostas de atividades diversificadas são objetivos que pretendemos ter alcançado até aqui. Haja vista as já tão debatidas dificuldades no ensino de Sociologia, como: baixa carga horária, professores de outras disciplinas completando carga horária e por último, agora, a dissolução dos conteúdos inerentes à Sociologia no novo currículo proposto pela BNCC - nos chamados projetos integradores - é que se faz necessário propostas como a nossa, que possam auxiliar professores da área e aqueles que não possuem formação adequada para a matéria.

Como já foi debatido e demonstrado no decorrer desse trabalho, a união entre Sociologia e Literatura é viável e válida para que consigamos elevar o nível de conhecimento dos nossos estudantes de um conhecimento de massa para um conhecimento poderoso. Melhorando seus índices não só nas disciplinas que aqui nos dedicamos, mas também nas demais com as quais eles irão se deparar no Ensino Médio e, a posteriori, no superior. Não é via de regra que tenhamos que

cursar uma faculdade ou universidade para termos sucesso profissional, mas um conhecimento poderoso que nos auxilie a pensar fora da caixa e vislumbrar opções de futuro com capacidade de alcance deve ser uma regra para todos.

Necessitamos de cidadãos capazes de pensar a sua realidade de forma ampla e humanizada. Bons médicos, engenheiros, professores, mecânicos e tantas outras profissões tão necessárias à nossa vida cotidiana são desempenhadas em grande escala por pessoas que não possuem sensibilidade do mundo em que vivem, pois o mecanicismo em que foram instruídos, ou mesmo doutrinados, não os deu opção de verem o mundo de outra cor que não o cinza que se apresenta. A nossa intenção é justamente colorir o horizonte educacional e formativo dos estudantes, que mesmo não sendo capaz com somente esse trabalho, poderemos alcançar um dia com a semente que estamos plantando agora.

Pensar a educação como possibilidade de dias melhores é pensar que o futuro pode ser construído, mas é no presente que os alicerces são cavados em forma de ações que devem ser tomadas para que haja possibilidade de modificação desse almejado futuro – para melhor!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **“O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu”**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n. 21, p. 185-194, 1988.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra completa**. São Paulo: Nova Aguilar, volumes 1 a 4 , 2015.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOSI, Alfredo. **“O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira, v. 11, n. 43, p. 157-181, 2005.
- BOSI, Alfredo. **“Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis**. São Paulo: Revista estudos avançados, v.18, n. 51, p. 355-376, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.
- CANDIDO, Antonio. **“Crítica e Sociologia”**. In: **Candido, Antonio. Literatura e Sociedade**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1980.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
- CARDIA, M. Sottomayor. **CINCO TIPOS DE DEMOCRACIA INSTITUCIONAL**. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.º 12. Lisboa: Edições Colibri, 1998, pp. 309-316.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CORBANEZI, Elton Rogério. **Sobre a razão do Mesmo que enuncia a não-razão do Outro: às voltas com a História da loucura e O alienista**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: EDITORA ROCCO LTDA, 1986.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1974.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: GLOBO, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GUIRADO, Vanessa Ziderski. **Da pirâmide as batatas: uma reflexão do conceito de poder a partir de Raymundo Faoro e Roberto Schwarz**. São Paulo: POSGERE, v.1, n. 1, p.81- 105, 2017.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 146-147.

JACKSON, Luiz Carlos. **Perspectivas sociológicas sobre Machado de Assis**. Rio de Janeiro: estudos históricos, n. 32, p.71-88, 2003.

MARSHALL. T. H.. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1967.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, Richard. **“Machado de Assis, o outsider estabelecido”**. Porto Alegre: Sociologias, n. 15, p. 352-377, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: EDITORA GUANABARA, 1894.

ROMERO, Silvio. **Doutrina contra doutrina: O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil**. Rio de Janeiro: J.B. Nunes, 1894.

SAYERS, Dorothy. **As ferramentas perdidas da educação: tradução comentada**. São Paulo: Revista Caminhando v. 15, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.

VANALI, Ana Cristina. **Teoria Social**. Curitiba: Edições NEP, 2016.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política – duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas: Educ. Soc., vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ZAMBONI, Fausto José da Fonseca. Literatura, ensino e educação liberal. 2011. 186 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103630>>.

Lilian de Lucca Torres, « **Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homosapiens 1900"** de Peter Cohen », *Ponto Urbe* [Online], 2 | 2008, posto online no dia 30 dezembro 2008, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1914> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1914

APÊNDICE A

GUIA PEDAGÓGICO

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERATURA: MODERNIDADE E REALISMO
SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS.**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
LIÇÃO 1 - <i>Preto, Branco, Amarelo: quem pintou o Homem?: Raça e meio ante as discussões de racialismo, racismo e eugenia.....</i>	02
LIÇÃO 2 - <i>Entre o cientificismo e o historicismo: a construção do povo brasileiro e a formação de duas categorias - Raça e Classe.....</i>	21
LIÇÃO 3 - <i>Cultura na terra Tupiniquim.....</i>	43
LIÇÃO 4 - <i>Cidadão: sou, ou não sou? Eis a questão. Pensamentos sobre cidadania no Brasil.....</i>	60
LIÇÃO 5- <i>Que país é esse, Brasil? - O caminho da democracia nacional.....</i>	76

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de propiciar aos professores da área de Sociologia, e àqueles que lecionam a disciplina mesmo sem a formação adequada, é que elaboramos esse guia pedagógico. Pois sabemos da necessidade de criação e oferta de novas fontes que possam servir material de consulta e auxiliie na prática cotidiana de sala de aula.

Com vistas a isso empreendemos a construção de um material que discute várias temáticas caras à Sociologia através de teorias de diversos autores clássicos e outros contemporâneos, para que através deles os usuários desse material que ora oferecemos possam dar aos seus estudantes um olhar diferenciado daquele que já vem pronto nos livros didáticos. É um material auxiliar de rica contribuição, pois nele encontramos uma linguagem acessível com olhar para aqueles que ainda não dominam completamente a linguagem inerente à Sociologia.

Poder trazer uma ferramenta que possa além de oferecer propostas de atividades ajudar na formação do professor é gratificante, pois dessa forma não só estamos contribuindo para a inclusão de mais uma fonte de pesquisa, mas também com a melhoria da qualidade de ensino e conseqüentemente da educação dos nossos jovens.

Portanto, nosso guia pedagógico cumpre dupla função: a) trazer elementos da Sociologia com uma linguagem de alguém que está na sala de aula e pensando na execução do trabalho em sala de aula; b) contribuir para, mesmo indiretamente, a formação dos docentes da disciplina de Sociologia com temas, teorias e conceitos dos três campos das Ciências Sociais, sejam eles Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas.

Sejam bem vindos ao nosso trabalho e façam bom uso do guia pedagógico que vos oferecemos.

LIÇÃO 1:

Preto, Branco, Amarelo: quem pintou o Homem?

Raça e meio ante as discussões de racialismo, racismo e eugenia.

Trataremos nesse capítulo das discussões relativas ao que tange racismo, preconceito e suas explicações e refutações tendo ambas a ciência como bengala para que possam apoiar seus argumentos. Ademais será tratada a forma como tais temáticas foram abordadas nos séculos XIX ao XXI, as disparidades e convergências que podem ser observadas nesse recorte diacrônico levando em consideração as produções e interpretações da ciência, sociologia e literatura.

A Sociologia desvela diversas facetas que se escondem nos “achismos” e no senso comum, e são essas facetas que se apresentam como objetos sociológicos dos quais a providência da matéria se faz necessária para que sejam elucidados. Um deles, e é o que será tratado nesse ponto, é o da questão da raça enquanto divisor de uma sociedade e de justificativa para segregação e sobreposição conforme o viés daqueles a quem interessa tal divisão: o poder hegemônico.

A hegemonia se comporta ao seu bel prazer e fazendo com que se internalize seu querer de uma maneira tal que os fatos se tornam naturalizados. Esse querer reforça suas ideologias e segrega parcelas da sociedade de uma forma capaz de gerar estigmas que não cicatrizam com o passar do tempo. Uma dessas formas de execução do poder hegemônico foi a criação da raça. Dizemos criação por ter advindo esse termo da teoria evolucionista com o evolucionismo social, alicerce para a fundação do pensamento eugênico que classificou a humanidade em raças superiores e inferiores. Conforme pode ser observado nos escritos de Spencer, por exemplo, em que, fazendo analogia entre organismos biológicos e sociais deixa evidente na sua teoria que o europeu é superior a outros povos por evolução.

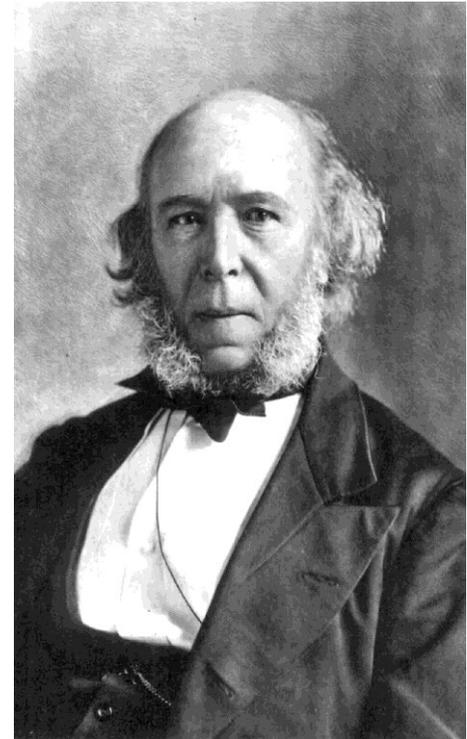
Seja ou não o progresso do homogêneo para o heterogêneo bastante visível na história biológica do globo, ele aparece, com relevo suficiente, no desenvolvimento do ser mais moderno e mais heterogêneo, - o Homem.(...) Como prova da primeira tese, podemos citar o fato de que no desenvolvimento relativo dos membros, os homens civilizados se afastam muito mais dos tipos placentários que as raças humanas inferiores. As pernas dos papuas, que têm freqüentemente os braços e o corpo bem desenvolvidos, são muito curtas, lembrando os quadrúmanos, que não oferecem grande contraste no tamanho das

extremidades torácicas e das abdominais. Nos europeus, pelo contrário, é muito visível o maior comprimento e robustez das pernas, apresentando-se neles, portanto, uma maior heterogeneidade entre estas extremidades e as superiores. Outro exemplo da mesma verdade é a diferente relação que existe entre o desenvolvimento dos ossos do crânio e os da face, no selvagem e no homem civilizado. (SPENCER, 2002)

Herbert Spencer (27 de abril de 1820 - 8 de dezembro de 1903) foi um filósofo, biólogo, antropólogo e sociólogo inglês, famoso por sua hipótese de darwinismo social pelo qual a força física superior molda a história. Spencer originou a expressão "sobrevivência do mais apto", que ele cunhou em *Princípios da Biologia* (1864) depois de ler Sobre a *Origem das Espécies* de Charles Darwin. O termo sugere fortemente a seleção natural, mas Spencer viu a evolução como se estendendo para reinos da sociologia e ética, então ele também apoiou o lamarckismo.

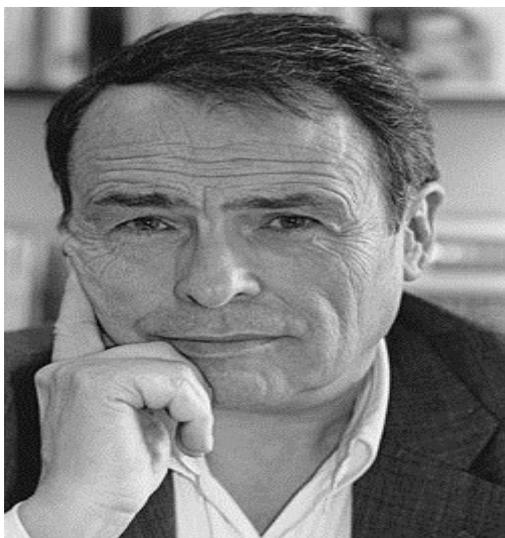
Spencer desenvolveu uma concepção abrangente de evolução como o desenvolvimento progressivo do mundo físico, organismos biológicos, da mente humana e da cultura e sociedades humanas. Como polímata, contribuiu para uma ampla gama de assuntos, incluindo ética, religião, antropologia, economia, teoria política, filosofia, literatura, astronomia, biologia, sociologia e psicologia. Durante sua vida, ele alcançou uma tremenda autoridade, principalmente na academia de língua inglesa. "O único outro filósofo inglês a ter alcançado algo como essa popularidade generalizada foi Bertrand Russell, e isso foi no século 20." Spencer foi "o intelectual europeu mais famoso nas décadas finais do século XIX", mas sua influência diminuiu acentuadamente após 1900: "Quem agora lê Spencer?", perguntou Talcott Parsons em 1937.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Herbert_Spencer



Claro que um pensamento etnocentrista como esse só poderia gerar choque entre aqueles que classificam sua própria cultura superior em detrimento das demais. Basta tomarmos como exemplo a visão tida das religiões de matriz africana em comparação com a cristã. É fato que quando as grandes expedições desembarcaram nas Américas já existiam civilizações inteiras e muito bem estruturadas, e que essas sucumbiram não por falta de civilidade e sim por falta de poder bélico. Sobrepondo-se o europeu a esses povos através da força armada. E assim como fizeram com incas e astecas, por exemplo, também o fizeram com o negro africano e os indígenas americanos. Através da imposição da força e de sua própria cultura, incluía-se aí a língua, foram transformando as diversas sociedades naquilo que julgavam desejável enquanto sociedade. O que é mais medonho em tudo isso é o caráter subjogador presente nas condutas. Sempre colocados como de uma cultura e sociedade superiores, os europeus disseminaram sua forma de

pensar no mundo de forma tal que ainda hoje existe um *habitus*¹ estruturado de que o que vem da Europa é melhor e que aquele povo tem a face da civilização.



Pierre Félix Bourdieu (Denguin, França, 1 de agosto de 1930 — Paris, França, 23 de janeiro de 2002) foi um sociólogo francês. De origem campesina, filósofo de formação, foi docente na *École de Sociologie du Collège de France*. Desenvolveu, ao longo de sua vida, diversos trabalhos abordando a questão da dominação e é um dos autores mais lidos, em todo o mundo, nos campos da antropologia e sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Também escreveu muito sobre a sociologia da Sociologia. A sociedade cabila, na Argélia, foi o palco de suas primeiras pesquisas. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a organização social da sociedade cabila e, em particular, como o sistema colonial interferiu na sociedade cabila, em suas estruturas e desculturação. Dirigiu, por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o CISIA (Comitê Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos), sempre se posicionado claramente contra o liberalismo e a globalização. O mundo social, para Bourdieu, deve ser compreendido à luz de três conceitos fundamentais: campo, habitus e capital. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre Bourdieu](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Bourdieu)

Até mesmo na literatura brasileira a Europa foi parâmetro por séculos. Desde o Barroco até as Vanguardas o Brasil se pautava no que era produzido na Europa, para aí, então, ter as suas produções com a devida identidade. Identidade essa que os críticos questionam, pois figuras europeizadas do índio nas obras do romantismo, por exemplo, deixam essa independência em posição questionável em termos de criação nacional. Mesmo a escola modernista, com o movimento antropofágico, trazendo uma proposta de inovação fazia uso do que lá era produzido para daí ir de encontro fazendo algo de novo com a cara do Brasil, todavia depois de “deglutir” aquilo que tinha sido produzido lá. E em se tratando de literatura as condutas sociais praticadas no Velho Mundo reverberaram nas folhas impressas por aqui, respeitando as devidas particularidades. Fosse pela verossimilhança ou denúncia, as práticas sociais se refletiam nas folhas dos jornais que publicavam os semanários de Machado de Assis ou na literatura de Aluísio Azevedo, ambos com caráter realista herdado de um modelo comum a Gustave Flaubert. Realidade essa que saltava da sociedade para a pena dos escritores, mostrando para a sociedade o que de fato ocorria nas ruas, cozinhas, cadeias e política, mesmo que com certa desfaçatez.

¹ *Habitus*, em Bourdieu, se refere ao processo de interiorização da exterioridade; ao processo de incorporação pelo indivíduo dos valores que se construíram historicamente na sociedade. O *habitus* consiste em disposições dos agentes. Funcionam como estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. (...) pode ser compreendido como a sociedade no indivíduo ou o indivíduo em corpo de sociedade. (MONTEIRO, José Marciano. Teoria social. Curitiba: Edições NEP, 2016, p. 196)

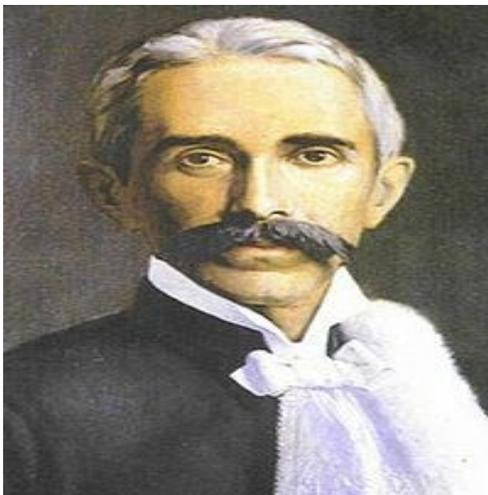
Dessa forma não seria de causar espanto que a ciência em expansão não tomasse seu lugar em meio à literatura. É no movimento denominado Naturalismo que encontra esse espaço, com as teorias darwinistas tendo uma influência considerável nas formas de se enxergar os comportamentos da sociedade, sobretudo com o determinismo social e hereditário, por exemplo.

Por meio de uma justificação baseada na ciência os europeus conseguiram imprimir sua forma de perceber o mundo e os outros povos em todo o mundo. Porém essa forma de pensar e perceber o “outro” só seria confortável àqueles que não estariam sendo estigmatizados ou percebidos como esse “outro”, que no caso aqui, a priori, é o negro. Embora saibamos que tal conduta não se restringiu apenas ao negro como um todo, índios e judeus, por exemplo, também pagaram e pagam até hoje uma conta de dígitos altos nessa bolsa de valores social. Movimentos como o da eugenia de Francis Galton, na Inglaterra, tiveram suas raízes fincadas no Brasil e deram frutos que germinam até hoje. A teoria de Galton rezava sobre a procriação consciente dos indivíduos através da união daqueles que fossem mais bem dotadas geneticamente, de forma a promover uma evolução assistida da espécie em uma raça superior como forma de aperfeiçoar a sociedade. Sua base teórica advinha da publicação de “*A origem das espécies*” de Charles Darwin. Essa tentativa de melhoramento da genética por carga hereditária condenaria, os que ele classificara como sendo de raças inferiores, ao desaparecimento. Esse era o intuito da teoria eugênica. Nos Estados Unidos e na Alemanha esse programa teve vasta adesão e inclusive criou frentes de esterilização e extermínio de crianças fracas ou com defeitos físicos ou mentais, causando um verdadeiro genocídio em nome da ciência e de uma sociedade superior (Torres, 2008).

No Brasil também a corrente eugênica teve seus adeptos, entre eles o médico Nina Rodrigues, que inclusive veio justificar ações criminosas praticadas por indivíduos como sendo consequência de uma genética desfavorável. Em seu livro “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” sua linha de pensamento fica bem esclarecida. Ali ele fala que a mistura de raças consideradas inferiores, a mestiçagem, contribuiria para indivíduos de conduta moral e social deturpadas. Seres irracionais e violentos sairiam do cruzamento dessas raças tidas como inferiores. Esses seres híbridos, assim chamados por serem produtos de duas raças distintas, trariam defeitos genéticos irreparáveis, e, portanto, deveriam ter tratamento

penal diferenciado. Segundo Nina Rodrigues, devido a sua condição inata de deficiência psíquica e impulsividade, as raças inferiores teriam maior propensão ao crime porque não teriam responsabilidade sobre o direito e o dever. Sobre a imputabilidade dos crimes aos indivíduos segundo a raça a que pertençam ele disse:

Desconhecendo a grande lei biológica que considera a evolução ontogênica simples recapitulação abreviada da evolução felogênica, o legislador brasileiro cercou a infância do indivíduo das garantias da impunidade por imaturidade mental, criando a seu benefício as regalias da raça, considerando iguais perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão. (RODRIGUES, 1894, p. 77)



Raimundo Nina Rodrigues (Vargem Grande, 4 de dezembro de 1862 — Paris, 17 de julho de 1906) foi um médico legista, psiquiatra, professor, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Notório eugenista, foi ainda dietólogo, tropicalista, sexologista, higienista, biógrafo e epidemiologista.

Nina Rodrigues é considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Foi o primeiro estudioso brasileiro a abordar a temática do negro como questão social relevante para a compreensão da formação racial da população brasileira, apesar de adotar uma perspectiva racista, nacionalista e cientificista, em seu livro *Os Africanos no Brasil* (1890-1905).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Nina_Rodrigues

É evidente que a questão da raça não é fato novo, todavia a mesma ciência que a criou veio a derrubar. Estudos recentes do genoma humano provam que não existe outra raça que não a humana. E que seria um absurdo dividir a espécie humana em raças, como as outras categorias de animais. Embora na teoria cabida à sociologia evolucionista os seres humanos tivessem se distanciados através da evolução por pertencerem a raças distintas, o estudo do genoma humano refutou essa tese e a mesma ciência que serviu de elemento discursivo para práticas racistas agora serve como argumento para que uma mudança de postura seja tomada com relação à forma de se perceber o “outro”.

Em artigo publicado na Revista USP, SÉRGIO D. J. PENA e TELMA S. BIRCHAL discorrem sobre a temática abordada no parágrafo anterior. Em que expõem resultados de estudos científicos aprofundados no tocante à não divisão dos seres humanos em raças. Tal resultado obtido na ciência pode ter consequências

benéficas na sociedade, o grande problema é desconstruir um *habitus* já existente para que se formule outro. Que, segundo Bourdieu, esse tipo de mudança demandaria uma mudança advinda da sociedade em que o agente estaria inserido para que então o próprio agente mude (reconstrução do *habitus*).

No artigo supracitado são encontrados dados matemáticos aqui dispensáveis para o momento, mas que deixam claro que a difusão de resultados, como os que nele podem ser encontrados, poderia servir de fio condutor para uma possível mudança de postura por parte daqueles que viessem a tomar conhecimento do mesmo. Sendo assim tomemos o que diz o artigo:

Em 1972, Richard Lewontin decidiu fazer a partição da variabilidade humana para testar, cientificamente, a noção, até então amplamente aceita, da existência de raças humanas. Ele compilou da literatura científica as frequências alélicas de 17 polimorfismos genéticos clássicos (incluindo grupos sanguíneos, proteínas séricas e iso-enzimas) referentes a diferentes populações. A partir desses dados, Lewontin agrupou as diferentes populações em oito “raças”: africana, ameríndia, aborígine australiana, mongoloide, indiana, sul-asiática, oceânica e caucasiana. O resultado foi bastante surpreendente: 85,4% da diversidade alélica observada nos polimorfismos estudados ocorria entre indivíduos de uma mesma população, 8,3% entre diferentes populações de uma mesma “raça” e apenas 6,3% entre as chamadas “raças”.(REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 10-21, dezembro/fevereiro 2005-2006)

A interpretação que se tem dos dados acima é de que não existe uma raça pura ou superior às demais. Cabendo assim à ciência um papel importante na desconstrução de tal estigma.

Sobretudo no Brasil, é que não deveria haver uma pseudo divisão de raças, principalmente se o fator de divisão forem os traços fenotípicos (características físicas externas). Pois o mesmo estudo nos mostra que é ainda mais indivisível no indivíduo tipicamente brasileiro uma tida raça pura. Justamente pelo caráter miscigenado do seu povo, em que teve cruzamento entre indivíduos de várias etnias. Dessa forma uma prática racista no Brasil deveria ser algo absurdo, embora seja prática comum.

Em seguida, exploramos as correlações moleculares entre cor e ancestralidade em brasileiros, usando marcadores informativos de ancestralidade (MIAs), também chamados de “marcadores população-específicos”. Nossos estudos demonstraram que, na população brasileira analisada, o alto índice de mistura gênica torna

as características de aparência física, como cor da pele, olhos, cabelos, formato dos lábios e do nariz, em pobres indicadores da origem geográfica dos ancestrais de um determinado indivíduo. Em conclusão, os nossos estudos demonstraram claramente que, no Brasil, a cor avaliada fenotipicamente com base na pigmentação da pele e dos olhos, na textura do cabelo e no formato dos lábios e do nariz, tem uma correlação muito fraca com o grau de ancestralidade africana estimada por marcadores genômicos específicos (Parra et al., 2003). Individualmente, qualquer tentativa de previsão torna-se muito difícil, já que pela inspeção da aparência física de um brasileiro não podemos chegar a nenhuma conclusão confiável sobre o seu grau de ancestralidade africana. Em outras palavras, no Brasil, a cor, como socialmente percebida, tem pouca ou nenhuma relevância biológica". (REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 10-21, dezembro/fevereiro 2005-2006)

Dessa maneira podemos abrir um diálogo embasado na ciência, que propicia uma nova forma de perceber o "outro" não como "outro", mas como sendo parte de um todo. Tal contribuição da ciência em questões como essa abordada até aqui, tem um poder enorme de modificação do *ethos* de uma sociedade, se essa for trabalhada de forma séria e orientada.

O que é interessante nesse assunto é que ele não é novo. Mesmo que de maneira diferente da atual a discussão já existia no século XIX, em que figuras como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio se destacaram na luta pela abolição da escravatura justamente por enxergarem os negros como seres humanos que são. Já ali se debruçavam sobre o tema diversos pensadores e, inclusive, debatendo o assunto apoiando-se na ciência e/ou sendo contrário a ela. Foi o caso dos embates protagonizados por Silvio Romero e Machado de Assis, figuras que se destacaram em diversas frentes de pensamento e literatura. Romero bem mais enérgico e eloquente em suas colocações, sempre defendendo as novas tendências da ciência moderna, defendia a assimetria social dos indivíduos a partir do que rezava a teoria evolucionista em voga nos anos de 1870 no mundo, e não diferente, no Brasil.

O QUE DIRIA MACHADO?

Machado de Assis se resguardara a criticar essas acepções nas suas obras literárias e nelas deixou marcado seu entendimento, utilizando-se de personagens e narradores que colocavam à vista de todos os que o viessem a ler o seu posicionamento a respeito de determinados assuntos. Um deles era a crítica à sobrepujança da ciência a tudo e a todos, crítica que ele exerceu com maestria em

O *Alienista*. A conduta do médico Simão Bacamarte em se colocar como palmatória do povo de Itaguaí julgando suas condutas e trivialidades como sendo desvios patológicos passíveis de correção em uma casa para loucos. Em que gerou tamanha demanda ao ponto de instaurar o terror na cidade.

O que Machado pretendeu em sua crítica foi advertir para o excesso praticado pelas explicações da ciência, que ao ponto que explicara algo também condenara alguém. Por exemplo, explicar a divisão da população em raças e dividi-la em camadas superiores e inferiores ou mesmo que um povo é mais evoluído que outro gerou estratificação e preconceitos os quais já foram debatidos nesse capítulo. Já Romero defendia as novas teorias e inclusive defendia aquilo que fora criticado por Machado: a sociedade ser dividida não só por fatores históricos como também naturais. Mas retomaremos essa discussão no capítulo a seguir, em que trataremos de raça e classe. Fiquemos aqui com as aspirações voltadas para a questão da raça voltada para a justificação científica.

Com base no que foi visto até aqui podemos determinar que desde séculos se debate a questão do racismo e que, seja na literatura, seja pela sociologia, a base da discussão é sempre a ciência, esta que traz consigo o ônus da explicação, explicação que gera mudança de comportamento e conseqüentemente a composição geral de uma sociedade como a nossa, por exemplo. A literatura machadiana está repleta de exemplos de comportamentos racistas e preconceituosos, bem como da divisão social e burocrática no século XIX. A visão política de Silvio Romero sobre a composição do estado brasileiro e a divisão da sociedade, ou mesmo a evolução da ciência em se retocar quando o assunto é o ser humano, seu comportamento e implicações nos campos da ciência e sociedade nos mostra as evoluções ocorridas em três séculos, de forma a mudar comportamentos, formas de governo, axiomas, mesmo que tratando de um mesmo tema a discussão permanece sob a ótica daqueles que tentam justificar, os que não aceitam a justificativa e os que identificam o problema e tentam desvendar onde ele nasce e vive. E assim, criticado por uns e aplaudido por outros, é que Romero conseguiu deixar sua marca na história literária do Brasil. Ocupante de cadeira na Academia Brasileira de Letras, assim como seu opositor Machado de Assis, ele fez história como crítico, ensaísta, polemista e pesquisador. Ou seja, tratava-se de dois

monstros da literatura, que ocupavam cadeiras na academia e que mesmo assim apresentavam visões de mundo completamente distintas.

Em *O alienista*, Machado de Assis tenta expor justamente aquilo que a Sociologia discute: desnaturalizar aquilo que aparece como normal. A quebra do senso comum instaurado por alguma autoridade, seja política ou científica, desmitificar os mitos criados, desconfiar do que está posto e estabelecido como o certo, o que “é assim porque já era assim”, ou mesmo porque disseram que tinha que ser assim. A discordância com as correntes mandatárias da sociedade incomoda, principalmente no caso de Machado de Assis, que guardava suas idiosincrasias quanto a origem e ascensão social.

Proposta pedagógica

1. Tema: Raça e meio
2. Texto de subsidiário: Sociologia em movimento. Vários autores. São Paulo: Moderna, 2016.
3. Conteúdos:
 - Racialismo x Racismo
 - Eugenia
4. Objetivos:
 - Conhecer como foi criada a teoria das raças;
 - Conhecer os conceitos de racialismo e racismo;
 - Apropriar-se dos conceitos de eugenia e branqueamento;
 - Desenvolver debate epistemológico sobre a inexistência de raças.
5. Competências e habilidades específicas da BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

HABILIDADES
(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).
(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES
(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física,

simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

6. Procedimentos:

- Sequência didática:
- Após a apresentação do conteúdo o docente deve oferecer um trecho do livro “Crítica da razão negra” para que sejam realizadas algumas considerações sobre a forma como o negro se vê e como ele é visto.
- É o que discutiremos aqui. Vejamos o que diz o Achille Mbembe em seu livro “Crítica da razão negra”:

É possível ficar impressionado com o recurso ao conceito de raça, pelo menos como temos indo a traçá-lo. Antes de mais, a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis - a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo. Em muitos casos, é uma figura autônoma do real, cuja força e densidade podem explicar-se pelo seu caráter extremamente móvel, inconstante e caprichoso. Aliás, ainda há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte das suas justificações no velho mito da superioridade racial. Na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da Humanidade. Sendo o bairro mais civilizado do mundo, só o Ocidente inventou um «direito das gentes». Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos, permitindo-lhe desenvolver os seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão que pertence ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo o que é humano. [...] O Resto - figura, se o for, do dessemelhante, da diferença e do poder puro do negativo - constituía a manifestação por excelência da existência objetual. A África, de um modo geral, e o Negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados desta vida vegetal e limitada. Figura em excesso de qualquer figura e, portanto, fundamentalmente não figurável, o Negro, em particular, era o exemplo total deste ser-outro, fortemente trabalhado pelo vazio, e cujo negativo acabava por penetrar todos os momentos da existência - a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo. [...] A transnacionalização da condição negra é, portanto, um momento constitutivo da modernidade, sendo o Atlântico o seu lugar de incubação. Esta condição contém em si toda uma panóplia de situações muito contrastantes, que vão do escravo traficado, tornado objeto de venda, ao escravo condenado, ao escravo de subsistência (doméstico para toda a

vida), ao escravo rural, ao de câmara, ao alforriado, ou ainda ao escravo liberto ou ao escravo de nascença.
(MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.)

- Realizado o debate, podem ser considerados os pontos de vista dos estudantes com base nas suas experiências pessoais, bem como nas conclusões a que chegaram após a leitura do texto apresentado pelo professor.
- O professor deve apresentar os conceitos de raça, racismo e eugenia, daí então apresentar a proposta de projeto para ser desenvolvido de forma interdisciplinar com a disciplina de Literatura utilizando como ferramenta de análise a obra “*Pai contra Mãe*”, de Machado de Assis, para que na mesma sejam identificados elementos de cor, raça e preconceito debatidos nos encontros anteriores.
- O projeto deve ter duração de pelo menos trinta dias, considerando as particularidades de cada escola.
- Esse conteúdo pode ser trabalhado, preferencialmente em turmas de segundo e terceiro anos do Ensino Médio.
- Avaliação: deve se dar através da socialização dos estudantes em sala de aula daquilo que foi percebido na obra e que caracteriza os conceitos abordados no tema explanado na disciplina de Sociologia.
- Como proposta complementar os professores podem propor aos estudantes que encenem um esquete que traga os principais componentes trabalhados e absorvidos nas disciplinas em questão, com uma apresentação previa do conteúdo de que se trata, bem como a encenação posterior.
- Tal forma de culminância é um ótimo meio para a descoberta de talentos, bem como incentivador do protagonismo juvenil na escola.

Pai Contra Mãe, de Machado de Assis

Texto proveniente de:

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por:

NUPILL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística

<<http://www.cce.ufsc.br/~alckmar/literatura/literat.html>>

Universidade Federal de Santa Catarina

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as

informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para <bibvirt@futuro.usp.br>.

PAI CONTRA MÃE

A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-deflandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", -- ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Cândido Neves, -- em família, Candinho, -- é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos.

Quando veio a paixão da moça Clara, não tinha ele mais que dívidas, ainda que poucas, porque morava com um primo, entalhador de ofício. Depois de várias tentativas para obter emprego, resolveu adotar o ofício do primo, de que aliás já tomara algumas lições.

Não lhe custou apanhar outras, mas, querendo aprender depressa, aprendeu mal. Não fazia obras finas nem complicadas, apenas garras para sofás e relevos comuns para cadeiras. Queria ter em que trabalhar quando casasse, e o casamento não se demorou muito.

Contava trinta anos. Clara vinte e dois. Ela era órfã, morava com uma tia, Mônica, e cosia com ela. Não cosia tanto que não namorasse o seu pouco, mas os namorados apenas queriam matar o tempo; não tinham outro empenho. Passavam às tardes, olhavam muito para ela, ela para eles, até que a noite a fazia recolher para a costura. O que ela notava é que nenhum deles lhe deixava saudades nem lhe acendia desejos. Talvez nem soubesse o nome de muitos. Queria casar, naturalmente. Era, como lhe dizia a tia, um pescar de caniço, a ver se o peixe pegava, mas o peixe passava de longe; algum que parasse, era só para andar à roda da isca, mirá-la, cheirá-la, deixá-la e ir a outras.

O amor traz sobrescritos. Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que era este o possível marido, o marido verdadeiro e único. O encontro deu-se em um baile; tal foi--para lembrar o primeiro ofício do namorado, -- tal foi a página inicial daquele livro, que tinha de sair mal composto e pior brochado. O casamento fez-se onze meses depois, e foi a mais bela festa das relações dos noivos. Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscadas.

--Pois ainda bem, replicava a noiva; ao menos, não caso com defunto. --Não, defunto não; mas é que... Não diziam o que era. Tia Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade.

--Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha.

--Nossa Senhora nos dará de comer, acudiu Clara. Tia Mônica devia ter-lhes feito a advertência, ou ameaça, quando ele lhe foi pedir a mão da moça; mas também ela era amiga de patuscadas, e o casamento seria uma festa, como foi.

A alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeriu-se sem esforço.

Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma cousa e outra; não tinha emprego certo. Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos.

--Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe.

A notícia correu de vizinha a vizinha. Não houve mais que espreitar a aurora do dia grande. A esposa trabalhava agora com mais vontade, e assim era preciso, uma vez que, além das costuras pagas, tinha de ir fazendo com retalhos o enxoval da criança. À força de pensar nela, vivia já com ela, media-lhe fraldas, cosia-lhe camisas. A porção era escassa, os intervalos longos. Tia Mônica ajudava, é certo, ainda que de má vontade.

--Vocês verão a triste vida, suspirava ela. --Mas as outras crianças não nascem também? perguntou Clara. --Nascem, e acham sempre alguma cousa certa que comer, ainda que pouco... --Certa como?

-Certa, um emprego, um ofício, uma ocupação, mas em que é que o pai dessa infeliz criatura que aí vem gasta o tempo?

Cândido Neves, logo que soube daquela advertência, foi ter com a tia, não áspero, mas muito menos manso que de costume, e lhe perguntou se já algum dia deixara de comer.

--A senhora ainda não jejuou senão pela semana santa, e isso mesmo quando não quer jantar comigo. Nunca deixamos de ter o nosso bacalhau...

--Bem sei, mas somos três.

--Seremos quatro. --Não é a mesma cousa.

-- Que quer então que eu faça, além do que faço? -- Alguma cousa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém. -- Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo.

Tinha glória nisto, falava da esperança como de capital seguro. Daí a pouco ria, e fazia rir à tia, que era naturalmente alegre, e previa uma patuscada no batizado. Cândido Neves perdera já o ofício de entalhador, como abrira mão de outros muitos, melhores ou piores. Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso.

Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os vencía sem o menor arranhão.

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um competidor.

Quer dizer que as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos aluguéis.

Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem.

--É o que lhe faltava! exclamou a tia Mônica, ao vê-lo entrar, e depois de ouvir narrar o equívoco e suas conseqüências. Deixei-se disso, Candinho; procure outra vida, outro emprego.

Cândido quisera efetivamente fazer outra cousa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa.

A natureza ia andando, o feto crescia, até fazer-se pesado à mãe, antes de nascer. Chegou o oitavo mês, mês de angústias e necessidades, menos ainda que o nono, cuja narração dispenso também. Melhor é dizer somente os seus efeitos. Não podiam ser mais amargos.

--Não, tia Mônica! bradou Candinho, recusando um conselho que me custa escrever, quanto mais ao pai ouvi-lo. Isso nunca!

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dous jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente. Clara interveio.

--Titia não fala por mal, Candinho.

--Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior. Este será bem criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver à míngua. Enfim...

Tia Mônica terminou a frase com um gesto de ombros, deu as costas e foi meter-se na alcova. Tinha já insinuado aquela solução, mas era a primeira vez que o fazia com tal

franqueza e calor,-- crueldade, se preferes. Clara estendeu a mão ao marido, como a amparar-lhe o ânimo; Cândido Neves fez uma careta, e chamou maluca à tia, em voz baixa. A ternura dos dous foi interrompida por alguém que batia à porta da rua.

--Quem é? perguntou o marido.

--Sou eu.

Era o dono da casa, credor de três meses de aluguel, que vinha em pessoa ameaçar o inquilino. Este quis que ele entrasse.

--Não é preciso...

--Faça favor.

O credor entrou e recusou sentar-se, deitou os olhos à mobília para ver se daria algo à penhora; achou que pouco. Vinha receber os aluguéis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para regalo dos outros. Ao vê-lo, ninguém diria que era proprietário; mas a palavra supria o que faltava ao gesto, e o pobre Cândido Neves preferiu calar a retorquir. Fez uma inclinação de promessa e súplica ao mesmo tempo. O dono da casa não cedeu mais.

--Cinco dias ou rua! repetiu, metendo a mão no ferrolho da porta e saindo. Candinho saiu por outro lado. Nesses lances não chegava nunca ao desespero, contava com algum empréstimo, não sabia como nem onde, mas contava. Demais, recorreu aos anúncios. Achou vários, alguns já velhos, mas em vão os buscava desde muito. Gastou algumas horas sem proveito, e tornou para casa. Ao fim de quatro dias, não achou recursos; lançou mão de empenhos, foi a pessoas amigas do proprietário, não alcançando mais que a ordem de mudança.

A situação era aguda. Não achavam casa, nem contavam com pessoa que lhes emprestasse alguma; era ir para a rua. Não contavam com a tia. Tia Mônica teve arte de alcançar aposento para os três em casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio.

Teve ainda a arte maior de não dizer nada aos dous, para que Cândido Neves, no desespero da crise começasse por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. Ouvia as queixas de Clara, sem as repetir, é certo, mas sem as consolar. No dia em que fossem obrigados a deixar a casa, fá-los-ia espantar com a notícia do obséquio e iriam dormir melhor do que cuidassem.

Assim sucedeu. Postos fora da casa, passaram ao aposento de favor, e dous dias depois nasceu a criança. A alegria do pai foi enorme, e a tristeza também. Tia Mônica insistiu em dar a criança à Roda. "Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbonos." Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a levaria.

Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente este sexo. Mal lhe deram algum leite; mas, como chovesse à noite, assentou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte. Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido.

Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata.

Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjara de si mesma a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal pôde esconder a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardara; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue em que vivia. Consultou a mulher, que se mostrou resignada. Tia Mônica pintara-lhe a criação do menino; seria maior a

miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso. Cândido Neves foi obrigado a cumprir a promessa; pediu à mulher que desse ao filho o resto do leite que ele beberia da mãe. Assim se fez; o pequeno adormeceu, o pai pegou dele, e saiu na direção da Rua dos Barbonos. Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que cobria o rosto para preservá-lo do sereno. Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo.

--Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele. Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida.

Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta.

--Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

--Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

--Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

-- Siga! repetiu Cândido Neves.

--Me solte!

--Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoutes,--cousa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoutes.

--Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? Perguntou Cândido Neves.

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes cousas. Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

--Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

-- É ela mesma.

--Meu senhor!

--Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinqüenta mil réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem

vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as conseqüências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos enjeitados, mas para a casa de empréstimo com o filho e os cem mil-réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga.

Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

--Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.

LIÇÃO 2:

Entre o cientificismo e o historicismo: a construção do povo brasileiro e a formação de duas categorias - Raça e Classe.

Neste capítulo será abordada a questão da raça e sua influência na divisão de classes no Brasil e como ela contribuiu para a extinção do sistema monárquico e a criação de um sistema político tido como democrático, bem como debater sobre a divisão da sociedade em classes. Para tanto tentaremos perfazer, mesmo que de forma superficial, alguns fatos históricos que possam nos auxiliar na tarefa de compreender a composição da nossa sociedade e seu modo de divisão com base na formação da mesma em sua gênese.

Desde a descoberta, povoamento e colonização do Brasil foram se passando gerações e povos, os quais se misturaram dando origem a outras gentes. As marcas características de cada povo se misturaram de tal modo que não se pode mais, hoje em dia, determinar o grau de descendência de um indivíduo X. No Brasil, tal miscigenação vem se dando desde a época das bandeiras, expedições de desbravadores que buscavam a expansão do território e a busca pela riqueza em nome de Deus e da Coroa. A trajetória histórica das expedições de bandeirantes para conquista e exploração de novos territórios também contribuiu para a mistura de povos de etnias distintas, que nesse contexto se deu entre o português e a índia, uma vez que a mulher branca não acompanhara seus maridos em tão severa empreitada (CAPISTRANO DE ABREU, 1998). Capistrano de Abreu, em seu *Capítulos De História Colonial*, nos diz que muitos desses bandeirantes traziam consigo filhos oriundos de relações obtidas nas investidas rumo aos sertões. Filhos esses classificados como 'mamalucos', por descenderem da mistura do homem português com a índia.

Alguns ficaram tanto tempo no sertão que "*volviendo a sus casas hallaron hijos nuevos, de los que teniéndolos ya a ellos por muertos, se habían casado con sus mujeres, llevando también ellos los hijos que habían engendrado en los montes*", informa-nos Montoya. Os jesuítas chamam à gente de São Paulo mamalucos, isto é, filhos de cunhãs índias, denominação evidentemente exata, pois mulheres brancas não chegavam para aquelas brenhas. (ABREU, 1998, p. 109)



João Capistrano Honório de Abreu (Maranguape, 23 de outubro de 1853 — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1927) foi um historiador brasileiro. Um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, produziu ainda nos campos da etnografia e da linguística. A sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos, sendo que suas pesquisas fazem contraponto à de Francisco Adolfo de Varnhagen.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Capistrano_de_Abreu

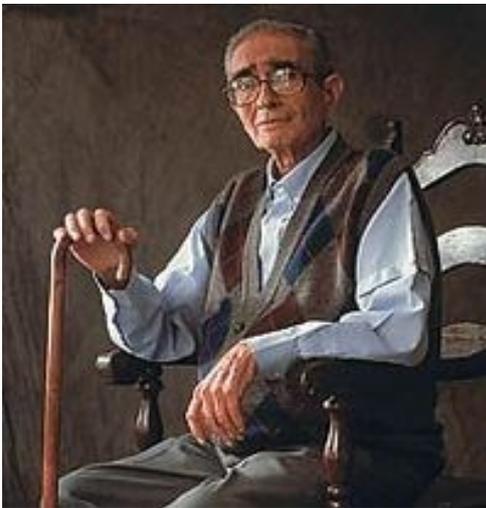
Tais fatos nos mostram que desde a gênese o Brasil traz consigo uma tendência a misturas entre povos de diferentes origens. As descendências decorridas dos diversos povos que aqui investiram desde o século XVI até início do século XX nos deveria fazer pensar em fatos indiscutíveis como a estrondosa miscigenação pela qual passou o povo da nossa imensa nação e que tal variedade de indivíduos deveria ser vista de forma igual justamente pelo tamanho da diferença. Todavia não é o que ocorre. O afastamento de condições de manutenção e sobrevivência por que passam as camadas mais baixas da sociedade em relação às condições daqueles que detêm o poder financeiro são gritantes, junto a isso também podemos contar com um racismo estrutural, que por mais que se propague o combate ele se mantém presente no dia a dia de milhares e brasileiros. E isso não é algo que se justifique apenas na atualidade, é um fato histórico, basta que olhemos por um ângulo diferente daquele que nos é condicionado ver. Se prestarmos bem atenção no processo de abolição dos escravos, sem querer entrar muito na coisa política e econômica, veremos uma grossa camada de boa vontade e abnegação por parte dos abolicionistas, todavia eles não levaram em conta o fator social, o como a sociedade absorveria tamanha população de ex-escravos que comporia agora a sociedade, mas que não era aceita por ela. Uma carga estigmatizada pesadíssima recaía sobre os ombros daqueles que sendo livres agora estavam mais presos que nunca, a prisão da invisibilidade social. Pois não possuíam o direito a ter direito. As seguridades sociais que os brancos possuíam eles não as tinham.

Liberar os escravos das suas condições precárias enquanto cativos não os salvou da condição de sub-humanos, eles durante muito tempo e inclusive até hoje, figuram no cenário nacional como sendo personagens de capacidade inferior, protagonizando os noticiários e as estatísticas como marginais, mão de obra barata por ser desqualificada, sem contar que estatisticamente ocupam o maior número de desempregados no Brasil. Fatos como os que foram citados aqui nos mostram as consequências de uma pseudo liberdade que foi assegurada ao negro liberto. No momento em que foram despejados na sociedade eles não foram amparados pelo Estado, sendo deixados à margem por não serem aceitos como iguais. Dessa maneira os empregos, acesso à educação, saúde e tantas outras situações pelas quais o negro teve que passar ocorreram pelo fato de se não ter preparado nem a sociedade nem os negros para serem absorvidos por ela.

O racismo impregnado na nossa sociedade também foi fator de dificuldade para a nova vida dos negros, mulatos e pardos libertos – pois não eram escravos apenas os negros propriamente dito – uma vez que os portugueses ricos e donos dos meios de produção, fosse agrário ou industrial, preferiam dar seus empregos aos imigrantes que porventura aqui chegavam, em sua maioria italianos, tomando o que poderia ser a solução do problema da subsistência do recém liberto. Essa situação de desemprego e subemprego perdurou e danou a formação da imagem e colocação do ex-escravo. Pois sem emprego que pudesse lhe dar sustento o negro se via numa condição de marginalização, e o homem quando não tem suas necessidades básicas supridas entra em estágio de embrutecimento e estado de natureza, o que não é bom para ele nem para o meio social em que se encontra.

Os quase 400 anos de manutenção da mão de obra escrava no Brasil deixou riqueza para os que escravizavam e pauperização para quem era escravizado. Pois os senhores não tiveram prejuízos reais com a Lei Áurea, prejuízo mesmo teve aquele que se viu sem perspectiva de sustento e direitos reais adquiridos, no caso o negro. Este contava com o analfabetismo, desamparo e preconceito. E esse preconceito que o estigmatizava prejudicava bastante a absorção da sua mão de obra, uma vez que o senhor que foi obrigado a dar liberdade não se via agora obrigado a lhe pagar salário, poderia muito bem pagar ao italiano recém chegado que se submeteria às condições de degradação. Como nos mostra Florestan Fernandes no seu livro *A integração do negro na sociedade de classes*:

Mesmo quando conseguia se inserir no sistema citadino de ocupações, ele (o negro) não se polarizava na direção do futuro e, assim, não “engrenava”. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc.; não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para se lançar às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza. Onde mantinha posições dignificadoras (como artesão independente ou comerciante de viandas e de quinquilharias), onde conquistava alguma ocupação promissora (como funcionário público e como trabalhador livre, a jornal ou permanente), apegava-se a modelos de ação variavelmente pré e anticapitalistas. (FERNANDES, 2008, p. 34-35)



Florestan Fernandes (São Paulo, 22 de julho de 1920 – São Paulo, 10 de agosto de 1995) foi um sociólogo e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Patrono da sociologia brasileira sob a lei nº 11.325, também foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo participado da Assembleia Nacional Constituinte.^{[2][3]} Recebeu o Prêmio Jabuti em 1964, pelo livro *Corpo e alma do Brasil* e Foi agraciado postumamente em 1996 com o Prêmio Anísio Teixeira.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Florestan_Fernandes

Tendo a sociedade brasileira sido formada no início principalmente pelos portugueses e os negros como mão de obra escrava com a única finalidade de gerar riqueza para os seus senhores fica mais fácil entender o desdém advindo daqueles que não mais os possuíam como forma de gerar riqueza, dando assim a “oportunidade” para os imigrantes. Também não é difícil perceber que desde sempre houve uma clara divisão na sociedade imposta pela cor e origem. Os portugueses compunham a elite dominante, a imagem da hegemonia europeia, enquanto que o negro escravizado trazia consigo a imagem deteriorada e inferiorizada do africano. E assim perdurou até fins do século XIX e início do século XX. A grande problemática é que a história ainda é recente e os resquícios deixados de um sistema de quase 400 anos não se apagam do dia para a noite, principalmente se tratando de uma nação jovem como a brasileira.

O retrato de luta que ocorreu em outros países, como Haiti, por exemplo, não se deu aqui justamente por cautela e para confirmar isso basta observarmos a sequência de leis abolicionistas e as maneiras de ir libertando os escravos da sua condição de cativos de forma paulatina. Uma liberação total e abrupta poderia gerar um levante e com isso a perda de hegemonia obtida pelo branco português. Exemplo disso é o que aconteceu com a independência do Haiti, em que o levante dos escravos culminou com a morte do branco e independência e libertação dos negros, que eram maioria. Isso foi evitado no Brasil com a sequência de medidas tomadas no período concernente à abolição. Sejam elas:

- Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibia o tráfico de escravos da África para o Brasil;
- Lei do Ventre Livre de 1871, que assegurava a liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir da data da lei;
- Lei do Sexagenário de 1885, que garantia a liberdade para cativos com mais 60 anos de idade.

Não colocamos acima a Lei Áurea por se tratar da lei final de libertação. Essa que resolveu o problema da escravidão, mas não da exclusão. Como já dissemos anteriormente, os fazendeiros preferiam os europeus recém chegados aos negros, exercendo postura racista e excludente.

Esse breve levantamento realizado até aqui nos auxilia na compreensão da composição da nossa república, uma vez que ela não suportaria se manter à base de brancos em uma sociedade predominantemente mestiça e negra. Portugal já não desempenhara mais o papel de metrópole sobre o Brasil, o apoio da Inglaterra para a afirmação do país como nação independente forçou mudanças estruturais na política e sociedade que modificaram o movimento social do Brasil. Silvio Romero discorreu sobre essa temática, a qual consideramos pertinente no tocante à explicação para o processo de divisão social e queda da monarquia no nosso país pela forma como aconteceu, mesmo não sendo mais plausíveis para os dias atuais as suas justificativas.

Romero (1894) traz que o Brasil estava fadado a ser uma democracia, simplesmente pelo fato de ter nascido na modernidade, em que os sistemas monárquicos estavam em decadência. Além disso, nos fala ainda que a divisão

social acontece seguindo o padrão da natureza, que seleciona e divide em escala do mais forte para o mais fraco. Conforme o próprio Romero, classe e raça são desigualdades da humanidade, a primeira filha da história e a segunda da natureza. Embora tenhamos discutido isso no tópico anterior, ainda assim é válido retomar, uma vez que o discurso de Silvío Romero se embasa na ciência como justificativa para a mobilidade social.

Consideramos mobilidade social nesse ínterim, como sendo um certo tipo de mudança, um efeito de troca de categoria ou transformação que uma sociedade sofre devido a fatores que interferem na vida das pessoas e conseqüentemente nas suas condutas. No caso abordado por Romero o fator modificador de conduta pessoal e coletiva que deveria ser levado em conta era a ciência, mais precisamente os ditames do evolucionismo. Conforme o próprio Romero, as classes sociais evoluíram com o passar do tempo até chegarem à composição atual – se trouxermos para a atualidade a mesma linha de pensamento do autor. Seguindo a linha de raciocínio da teoria da seleção natural estabelecida pelo autor poderemos chegar ao entendimento de que os regimes que sucumbiram o fizeram por enfraquecerem com o passar do tempo, dando espaço, assim, para um regime mais forte. No tocante às raças o que podemos acrescentar é que em se tratando especificamente de Brasil ele discorreu sobre como uma raça se forjou advinda de outras raças se fortalecendo e trazendo consigo aquilo que seria o mais característico ao nosso bom povo brasileiro: o clima tropical.



Silvío Romero nasceu em Lagarto, em Sergipe, em 21 de abril de 1851. Coursou a Faculdade de Direito do Recife entre 1868 e 1873, diplomado em 1873, contemporâneo de Tobias Barreto.^[1] Nos anos 1870 colaborou como crítico literário em vários periódicos pernambucanos e cariocas. Em 1875 foi eleito deputado provincial por Estância, Sergipe. Radicou-se no Rio de Janeiro, onde obteve notoriedade, especialmente como crítico literário. Em 1878 publicou seus dois primeiros livros, *A Filosofia no Brasil* e *Cantos do Fim do Século*, o seu primeiro livro de poesia. O primeiro deles tinha a intenção de questionar o meio acadêmico e intelectual do Rio de Janeiro, assim como de exaltar as qualidades de Tobias Barreto, seu mestre e conterrâneo. Nessa obra critica com veemência as correntes de filosofia no país, em especial o espiritualismo e o positivismo.

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADlvio_Romero

Mesmo Silvio Romero defendendo o mestiçamento do povo brasileiro como sendo sua principal característica, ele também aparta por inferioridade racial. Quando coloca que uma corte não se sustentaria no nosso país devido à composição genética do seu povo ele está usando o discurso que foi debatido no tópico anterior – e que dessa forma se coloca como preconceituoso e racista para os parâmetros atuais – em que existiam raças superiores e inferiores e sendo o mestiço brasileiro uma raça inferior em abundante maioria a monarquia não conseguiria se manter em constante embate com esses indivíduos de sangue fervente. Romero coloca em concurso o índio, o português e o negro enquanto compositores da nossa nação. Dispensa o índio por improdutividade, o português por ser dispensável sua presença já indesejável mediante a independência; sobrando o negro como mão de obra proeminentemente produtiva.

A primeira raça, cujo concurso direto foi dispensado, foi a do íncola primitivo, o caboclo. Cedo se lhe deu liberdade, carta de alforria; porque cedo foi conhecida a improficuidade de seu auxílio. O índio estreme ou morreu ou retirou-se aos altos recessos do país. Foi isto logo no decorrer do segundo século da conquista, até meados do terceiro.

O segundo concorrente, cujo poder direto, cuja direção imediata teve de dispensar-se, foi o colonizador português. A *Independência* não tem outro significado.

A terceira e última que pôde ser dispensada em sua contribuição imediata, que era o trabalho, foi o negro. A *abolição da escravidão* não tem outro sentido. (ROMERO, 1894, p. 23-24)

Diante da composição miscigenada do povo advindo desses três vetores étnicos a nação reclamava um governante que fosse a sua imagem e semelhança, sendo insustentável o português de sangue nobre vigorar no Brasil que se formara.

A república foi uma vitória dessas populações novas, representadas por seus homens mais eminentes, e por isso ela tem o apoio e reclama os aplausos de nosso povo. Ela representa a maioria e tem assim um esteio etnográfico. Profetizando esta verdade, já havia dito, há sessenta anos, o marquês de Maricá, em forma irônica e atacante, é certo: «o primeiro imperador foi deposto, porque não era *nato*; e o segundo há de sê-lo, porque não é *mulato*... >>

O velho marquês tinha razão: não há mais lugar na América para o *sangue azul* da realeza... (ROMERO, 1894, p. 24)

Todavia a realeza deixou de existir, o pensamento aristocrático, não. E esse *modus operandi* que ficou da realeza e sua corte teve vida garantida durante um bom tempo no Brasil, o que serviu de barreira entre uma burguesia em ascensão e uma aristocracia ameaçada.

Podemos perceber que existe uma divisão social que se arrasta por séculos e de tão vergonhosa muitas vezes não é revelada. Pouca gente tem conhecimento de que no Brasil já existiram campos de concentração. Essa realidade se deu em um momento de extremo flagelo de uma população já sofrida: o sertanejo.

Em 1877 o Nordeste foi assolado por uma seca muito severa, sendo chamada de *A Grande Seca*. Esta gerou um movimento de migrantes sertanejos na região do Ceará, os chamados retirantes. Eles povoaram de maneira desordenada a capital Fortaleza de modo a causar um caos social e uma poluição visual para aquela capital que possuía ares de Europa. Após a experiência vivida durante o período concernente à Grande Seca o governo e as autoridades sanitárias tomaram providências no sentido de conter o espalhamento da desordem na capital cearense, que se dava nos abarracamentos distribuídos de forma desordenada nas ruas de Fortaleza. Espalhando doenças pela falta de condições sanitárias, violência e prostituição, sem contar a mendicância, os flagelados tornaram-se figuras indesejáveis, mesmo passando por tamanha provação de ter que abandonar seus lares em busca de sobrevivência.

Quando chegou a seca de 1915 as autoridades já tinham experiência no assunto e não permitiriam que tamanho caos se repetisse. Sob o discurso de socorrer as vítimas do flagelo da seca de forma organizada concentraram os refugiados em campos, nos quais os retirantes ficaram apartados da sociedade cidadina e não viriam a incomodar a elite fortalezense com a presença da sua miséria.

Mais um capítulo da história que nos mostra a separação social entre duas camadas distintas: a dos estabelecidos da capital e dos sertanejos. Mesmo parecendo um tanto marxista a colocação anterior, o que pretendemos aqui é esclarecer a divisão da sociedade em classes e por mais que pareça dicotômico e minimalista o estrato colocado nos últimos parágrafos, grosso modo, é assim que se gerou a divisão da nossa sociedade: com o português, ou seus descendentes, como

donos dos meios de produção – as fazendas; e os escravos como força de produção. Sabemos que caberia ainda um tanto de indivíduos que estariam entremeando essa estrutura: comerciantes independentes e trabalhadores autônomos como marceneiros, ferreiros, sapateiros; porém o que pesara na geração de riqueza durante a formação da sociedade nacional fora o rico português e o escravo.

Os efeitos desse processo que veio se arrastando até os dias de hoje imprimiram marcas na sociedade e geraram comportamentos que são percebidos e sentidos por essa camada da população que é atingida social, econômica e psicologicamente – o negro.

Tomando por base três conceitos nefastos para a sociedade em que vivemos (preconceito, discriminação e racismo) perceberemos os seus efeitos na composição do comportamento da sociedade atual, que, negacionista que é, não admite as formas de racismo que pratica diuturnamente: *racismo individualista*, *racismo institucional* e *racismo estrutural* (ALMEIDA, 2018).

Conforme pudemos discorrer na lição anterior, o conceito de raça foi criado e difundido ora pela ciência, ora por determinada corrente da antropologia. Todavia o que nos cabe é mais que nunca tentar elucidar as formas como se estabeleceram certos conceitos e com isso dirimir seus efeitos na sociedade através do conhecimento. Vejamos, assim, que o preconceito se estabelece em cima de uma criação científica que identifica determinado indivíduo ou grupo por suas características físicas, comportamentais e/ou culturais, essa patologia social se dá através de um entendimento preestabelecido, porém de caráter identitário, mesmo que de forma estigmatizada. O problema se configura no momento em que esse conceito preestabelecido toma forma e se materializa em atitude, aí teremos a discriminação; a forma praticada da violência sobre alguém sob a justificativa do preconceito. Essas ações são praticadas com base naquela antiga e injustificada teoria das raças que gerou o fenômeno do racismo, teoria essa que a antropologia e a ciência através do genoma já derrubaram.

Não deveria, mas o racismo está presente no nosso cotidiano de diversas formas, e Almeida (2018) elenca três dessas formas que são definidas através da maneira como estabelece relação entre o racismo e a subjetividade pessoal

(individualista); relação entre o racismo e o Estado (institucional) e relacionando o racismo e a economia (estrutural). Devemos ter especial atenção a esta última forma de racismo – o racismo estrutural – pois ele é a junção de todas as outras formas e traduz o reflexo da sociedade.

O racismo individualista parte do indivíduo ou grupos os quais praticam atos de violência física ou psicológica sem ter necessariamente que ser racista, é muito mais uma questão de preconceito por ser concebida como uma falha ética e psicológica, uma irracionalidade, a qual deve ser coibida com sanções penais. O racismo institucional seria aquele no qual tem o poder como determinante, não permitindo mobilidade social por parte dos indivíduos discriminados, é pior que o anterior porque está resguardado nas instituições que são comandadas pela hegemonia branca. Sendo essa hegemonia detentora de poder, não vai querer ela dar seu lugar a essa parcela discriminada e marginalizada da sociedade. Percebamos que a instituição foi percebida como sendo maior que o indivíduo, e sendo maior que ele representa uma coletividade, essa coletividade representa a sociedade donde podemos concluir que as instituições são racistas e, portanto, a sociedade também é racista. Compondo o quadro horrendo de uma estrutura compositora do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

Trazendo a discussão para a literatura encontramos diversas obras que destacam a divisão social em classes, mesmo que de maneira implícita as características que definem a sociedade ficam claras sobretudo se analisarmos as obras realistas e naturalistas. Seja numa perspectiva urbana ou regionalista os autores de fins do século XIX e início do XX conseguiram trazer para suas obras os elementos constituintes da sociedade ficcionalmente contada. Poderíamos colocar dentro da temática em questão e abarcando diversos fatores que foram citados nesse tópico obras como: *O cortiço* de Aluísio Azevedo, *Vidas secas* de Graciliano Ramos, *O Quinze* de Rachel de Queiroz e tantos contos e romances de Machado de Assis. É óbvio que optaremos por Machado de Assis como figura ilustrativa do exemplo a ser analisado enquanto obra literária, justamente pelo fato de suas obras realistas trazerem consigo críticas que nos são válidas enquanto objeto de estudo.

Para esse tópico trataremos das observações realizadas em *O caso da vara*, conto que trata da história de um seminarista, o Damião, em fuga das suas

obrigações junto à igreja, o qual não se adaptara e pedira ajuda a uma senhora influente – a Sinhá Rita. Até aí nada demais, o que chama atenção no correr da obra é a forma como são tratadas as moças as quais a Sinhá Rita dá lições de renda de bilros. As moças recebem lições e têm que entregar as mesmas prontas ao final do dia. Nada espantoso também, não fosse a exceção de uma das pupilas, uma negrinha de nome Lucrecia, que conforme a narrativa, era mirrada e portava algumas cicatrizes. Já ali ao pé da Sinhá Rita havia uma vara destinada à pequena. A forma com que é tratada a magricela figura narrada no conto é que nos chama atenção, pois no que conta o conto nenhuma das outras moças recebe castigo corporal, só ela. O que aqui já nos demonstra uma divisão, se não de classe, mas de raça. O tratamento violento para com a pequena só mostra que a abolição não trouxe igualdade, justamente pelo fato de os negros não serem vistos como iguais. Leve-se em consideração a data de publicação desse conto, 1891, logo após a abolição dos escravos. Porém a narrativa acontece em 1850, período em que ainda estaria em vigor o direito senhorial sobre o negro escravo e seria aprovada a lei Eusébio de Queiroz. Não nos parece despreziosa a construção da narrativa machadiana no momento histórico em que ela acontece. Uma vez que se mudam as leis, mas não se mudam os costumes. Política e legalmente, em 1891, ano da publicação do conto, o Brasil já era República e a Lei Áurea já estava em vigor, todavia o *habitus* não muda do dia para a noite, quatrocentos anos de postura e conduta social e moral não se apagam como a uma vela e reacendem com outra forma, a chama ainda está acesa e queima, embora com outro nome.

Machado de Assis era sutil na sua forma de criticar, o leitor deve ficar atento ao que está sendo dito nas entrelinhas para que consiga perceber o tamanho da sua crítica. Em *O caso da vara* há elementos que destacam as posições sociais das personagens, como as figuras dos brancos que ditam as regras, o moço candidato a padre e a honraria que carregara consigo um integrante do clero e mais ainda para a família do clérigo, que poderia ostentar a posição do ente em fazer parte de uma instituição de tamanho peso social como era a igreja católica.

Observe-se ainda que o foco do conto não é a menina negra, mas o seminarista fujão que a todo custo busca amparo em quem quer que seja para não retornar à vida religiosa. O ambiente em que acontecem os fatos na maior parte da narrativa nos sugere uma casa abastada, com comida farta, cômodos amplos e

conforto financeiro. Machado não deixa de alfinetar o tabu dos casos amorosos escondidos, fato de desonra para a época, mas que acontecia e os olhos fingiam não ver. Ele destaca esse caso amoroso escuso quando a Sinhá Rita demonstra controle sobre o padrinho de Damião.

Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho; percorreu de memória as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou:

—Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...

Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Carneiro; Damião tinha umas ideias vagas dessa situação e tratou de a aproveitar.

(...)

Sinhá Rita hesitou ainda muito tempo; afinal perguntou-lhe por que não ia ter com o padrinho.

—Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

—Não atende? interrompeu Sinhá Rita ferida em seus brios. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...

Chamou um moleque e bradou-lhe que fosse à casa do sr. João Carneiro chamá-lo, já e já; e se não estivesse em casa, perguntasse onde podia ser encontrado, e corresse a dizer-lhe que precisava muito de lhe falar imediatamente.

—Anda, moleque. Damião suspirou alto e triste. Ela, para mascarar a autoridade com que dera aquelas ordens, explicou ao moço que o sr. João Carneiro fora amigo do marido e arranjara-lhe algumas crias para ensinar. (ASSIS, 2015, p. 524-525)

Isso nos indica a posição que cada um ocupa na vida social da época. A negrinha só é destaque nos momentos indicativos de castigo físico, seja na ameaça ou na concretização do fato. Podemos perceber que as agressões eram práticas constantes, até mesmo porque lhe permitia o período a prática. Quando olhamos a reação da menina diante da ameaça da sinhá identificamos que não se tratava de uma brincadeira ou ameaça vã, que não geraria consequência. A consequência era certa e tinha hora de chegar, bastava que a pequena não desse conta da tarefa a ela atribuída por qualquer que fosse o motivo, ainda que a causa de seu atraso fossem as patuscadas da sua sinhá.

Sinhá Rita tinha quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir; mas, quando convinha, brava como diabo. Quis alegrar o rapaz, e, apesar da situação, não lhe custou muito. Dentro de pouco, ambos eles riam, ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras, que ele referia com singular graça. Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e

escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

—Lucrécia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo do costume. (Idem, 2015, p. 526)

A forma com que Machado escreve no ano de 1891 nos revela, pelo seu estilo crítico dos comportamentos sociais, que a política e as leis mudaram, o povo e seus costumes, não. É uma crítica à manutenção de antigos costumes, que mesmo tendo sido modificados por força da lei, ainda eram praticados. Daí o sentido de o tempo da narrativa ser anterior ao da sua publicação. Tais observações também nos auxiliam na compreensão de estereótipos que se formaram no transcurso da nossa história. A visão diminuta dos negros em comparação com os brancos, diferenças salariais, índice de desemprego maior no meio dos negros e pardos, associação da imagem do negro à marginalidade são alguns desses estereótipos criados e mantidos até os dias atuais e que servem como divisores sociais.

Embora não haja nenhuma comprovação científica de que as capacidades cognitivas dos negros sejam inferiores às dos brancos – muito pelo contrário, vimos no tópico anterior – ainda há quem assim os julgue. E para chegar a tal conclusão basta observar os dados históricos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Proposta pedagógica

1. Tema: Raça e Classe
2. Texto de subsidiário: Sociologia para o ensino médio. Nelson Dacio Tomazi. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. Conteúdo:
 - A sociedade contemporânea e suas transformações.
4. Objetivos:
 - Conhecer a construção da sociedade brasileira;
 - Identificar os efeitos da abolição da escravidão na formação da sociedade;
 - Apropriar-se dos conceitos de classe e estrato social;
 - Desenvolver debate compreendido no tópico através de obras da literatura.
5. Competências e habilidades específicas da BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

HABILIDADES
(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização

de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).
(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.

HABILIDADES
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.
(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas das sociedades contemporâneas (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.
(EM13CHS203) Contrapor os diversos significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em

diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas como civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo e cidade/campo, entre outras.
(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos, a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.
(EM13CHS206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES
(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

HABILIDADES

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

(EM13CHS604) Conhecer e discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

6. Procedimentos:

- Sequência didática:

- I. Após realizar as considerações que julgar necessárias o docente pode tratar do conceito de classe através dos clássicos: Marx, Weber e Durkheim.
- Mostrar, na atualidade, quais os critérios utilizados pelo IBGE para dividir a sociedade em classes que vão da A à E.
- A iniciação à pesquisa é algo interessante e que pode elucidar alguns mitos vigentes na sociedade. Portanto propomos um experimento para identificar, de forma empírica, como os estudantes se autodefinem. Como seria?
 - I. Propor aos estudantes que identifiquem em que classe social eles se encontram segundo os parâmetros do IBGE e questioná-los se concordam com esses critérios.
 - II. Dividir o portão de entrada da escola por categorias que definem a cor da pele.
 - III. Realizar contagem dos indivíduos conforme sua autodefinição.
 - IV. Por fim, aplicar questionário simples e sem identificação para saber se uma contagem condiz com a outra e analisar os dados.
- É necessário que os estudantes leiam o conto de Machado de Assis chamado *O caso da vara*, e assim possam levantar questões relacionadas a: a) em que medida a obra dialoga com a realidade; b) se a visão marginalizada do negro é algo atual ou corresponde a fatos históricos.
- Avaliação:
 - I. Os estudantes devem apresentar os resultados do experimento sociológico através de gráficos, demonstrando os resultados obtidos.
 - II. Esse conteúdo pode ser trabalhado, preferencialmente em turmas de segundo e terceiro anos do Ensino Médio.

O Caso da Vara, de Machado de Assis

Texto proveniente de:

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por:

NUPELL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística

<<http://www.cce.ufsc.br/~alckmar/literatura/literat.html>>

Universidade Federal de Santa Catarina

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para <bibvirt@futuro.usp.br>.

O CASO DA VARA

DAMIÃO fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano, foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo. Desconhecia as ruas, andava e desandava, finalmente parou. Para onde iria? Para casa, não, lá estava o pai que o devolveria ao seminário, depois de um bom castigo. Não assentara no ponto de refúgio, porque a saída estava determinada para mais tarde; uma circunstância fortuita a apressou. Para onde iria? Lembrou-se do padrinho, João Carneiro, mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil. Foi ele que o levou ao seminário e o apresentou ao reitor:

Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor.

— Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã. Moço...

Tal foi a entrada. Pouco tempo depois fugiu o rapaz ao seminário. Aqui o vemos agora na rua, espantado, incerto, sem atinar com refúgio nem conselho; percorreu de memória as casas de parentes e amigos, sem se fixar em nenhuma. De repente, exclamou:

— Vou pegar-me com Sinhá Rita! Ela manda chamar meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...

Sinhá Rita era uma viúva, querida de João Carneiro; Damião tinha umas idéias vagas dessa situação e tratou de a aproveitar. Onde morava? Estava tão atordoado, que só daí a alguns minutos é que lhe acudiu a casa; era no Largo do Capim.

— Santo nome de Jesus! Que é isto? bradou Sinhá Rita, sentando-se na marquesa, onde estava reclinada. Damião acabava de entrar espavorido; no momento de chegar à casa, vira passar um padre, e deu um empurrão à porta, que por fortuna não estava fechada a chave nem ferrolho. Depois de entrar espiou pela rótula, a ver o padre. Este não deu por ele e ia andando.

— Mas que é isto, Sr. Damião? bradou novamente a dona da casa, que só agora o conhecera. Que vem fazer aqui!

Damião, trêmulo, mal podendo falar, disse que não tivesse medo, não era nada; ia explicar tudo.

— Descanse; e explique-se.

— Já lhe digo; não pratiquei nenhum crime, isso juro, mas espere.

Sinhá Rita olhava para ele espantada, e todas as crias, de casa, e de fora, que estavam sentadas em volta da sala, diante das suas almofadas de renda, todas fizeram parar os bilros e as mãos. Sinhá Rita vivia principalmente de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Enquanto o rapaz tomava fôlego, ordenou às pequenas que trabalhassem, e esperou. Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.

— Como assim? Não posso nada.

— Pode, querendo.

— Não, replicou ela abanando a cabeça, não me meto em negócios de sua família, que mal conheço; e então seu pai, que dizem que é zangado!

Damião viu-se perdido. Ajoelhou-se-lhe aos pés, beijou-lhe as mãos, desesperado.

— Pode muito, Sinhá Rita; peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para

aquela casa.

Sinhá Rita, lisonjeada com as súplicas do moço, tentou chamá-lo a outros sentimentos. A vida de padre era santa e bonita, disse-lhe ela; o tempo lhe mostraria que era melhor vencer as repugnâncias e um dia... Não nada, nunca! redargüia Damião, abanando a cabeça e beijando-lhe as mãos, e repetia que era a sua morte. Sinhá Rita hesitou ainda muito tempo; afinal perguntou-lhe por que não ia ter com o padrinho.

— Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

— Não atende? interrompeu Sinhá Rita ferida em seus brios. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...

Chamou um moleque e bradou-lhe que fosse à casa do Sr. João Carneiro chamá-lo, já e já; e se não estivesse em casa, perguntasse onde podia ser encontrado, e corresse a dizer-lhe que precisava muito de lhe falar imediatamente.

— Anda, moleque.

Damião suspirou alto e triste. Ela, para mascarar a autoridade com que dera aquelas ordens, explicou ao moço que o Sr. João Carneiro fora amigo do marido e arranjará-lhe algumas crias para ensinar. Depois, como ele continuasse triste, encostado a um portal, puxou-lhe o nariz, rindo:

— Ande lá, seu padreco, descanse que tudo se há de arranjar. Sinhá Rita tinha quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir; mas, quando convinha, brava como diabo. Quis alegrar o rapaz, e, apesar da situação, não lhe custou muito. Dentro de pouco, ambos eles riam, ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras, que ele referia com singular graça. Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a:

— Lucrécia, olha a vara!

A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste.

Nisto, chegou João Carneiro. Empalideceu quando viu ali o afilhado, e olhou para Sinhá Rita, que não gastou tempo com preâmbulos. Disse-lhe que era preciso tirar o moço do seminário, que ele não tinha vocação para a vida eclesiástica, e antes um padre de menos que um padre ruim. Cá fora também se podia amar e servir a Nosso Senhor. João Carneiro, assombrado, não achou que replicar durante os primeiros minutos; afinal, abriu a boca e repreendeu o afilhado por ter vindo incomodar "pessoas estranhas", e em seguida afirmou que o castigaria.

— Qual castigar, qual nada! interrompeu Sinhá Rita. Castigar por quê? Vá, vá falar a seu compadre.

— Não afianço nada, não creio que seja possível...

— Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser, continuou ela com certo tom insinuativo, tudo se há de arranjar. Peça-lhe muito, que ele cede. Ande, Senhor João Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta...

— Mas, minha senhora...

—Vá, vá.

João Carneiro não se animava a sair, nem podia ficar. Estava entre um puxar de forças opostas. Não lhe importava, em suma que o rapaz acabasse clérigo, advogado ou médico, ou outra qualquer cousa, vadio que fosse, mas o pior é que lhe cometiam uma luta ingente com os sentimentos mais íntimos do compadre, sem certeza do resultado; e, se este fosse

negativo, outra luta com Sinhá Rita, cuja última palavra era ameaçadora: "digo-lhe que ele não volta". Tinha de haver por força um escândalo. João Carneiro estava com a pupila desvairada, a pálpebra trêmula, o peito ofegante. Os olhares que deitava a Sinhá Rita eram de súplica, mesclados de um tênue raio de censura. Por que lhe não pedia outra coisa? Por que lhe não ordenava que fosse a pé, debaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? Mas logo persuadir ao compadre que mudasse a carreira do filho... Conhecia o velho; era capaz de lhe quebrar uma jarra na cara. Ah! se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução — cruel, é certo, mas definitiva.

— Então? insistiu Sinhá Rita.

Ele fez-lhe um gesto de mão que esperasse. Coçava a barba, procurando um recurso. Deus do céu! um decreto do papa dissolvendo a Igreja, ou, pelo menos, extinguindo os seminários, faria acabar tudo em bem. João Carneiro voltaria para casa e ia jogar os *trêssetes*.

Imaginei que o barbeiro de Napoleão era encarregado de comandar a batalha de Austerlitz... Mas a Igreja continuava, os seminários continuavam, o afilhado continuava cosido à parede, olhos baixos esperando, sem solução apoplética.

— Vá, vá, disse Sinhá Rita dando-lhe o chapéu e a bengala.

Não teve remédio. O barbeiro meteu a navalha no estojo, travou da espada e saiu à campanha. Damião respirou; exteriormente deixou-se estar na mesma, olhos fincados no chão, acabrunhado. Sinhá Rita puxou-lhe desta vez o queixo.

— Ande jantar, deixe-se de melancolias.

— A senhora crê que ele alcance alguma coisa?

— Há de alcançar tudo, redargüiu Sinhá Rita cheia de si. Ande, que a sopa está esfriando.

Apesar do gênio galhofeiro de Sinhá Rita, e do seu próprio espírito leve, Damião esteve menos alegre ao jantar que na primeira parte do dia. Não fiava do caráter mole do padrinho. Contudo, jantou bem; e, para o fim, voltou às pilhérias da manhã. A sobremesa, ouviu um rumor de gente na sala, e perguntou se o vinham prender.

— Hão de ser as moças.

Levantaram-se e passaram à sala. As moças eram cinco vizinhas que iam todas as tardes tomar café com Sinhá Rita, e ali ficavam até o cair da noite.

As discípulas, findo o jantar delas, tornaram às almofadas do trabalho. Sinhá Rita presidia a todo esse mulherio de casa e de fora. O sussurro dos bilros e o palavrear das moças eram ecos tão mundanos, tão alheios à teologia e ao latim, que o rapaz deixou-se ir por eles e esqueceu o resto. Durante os primeiros minutos, ainda houve da parte das vizinhas certo acanhamento, mas passou depressa. Uma delas cantou uma modinha, ao som da guitarra, tangida por Sinhá Rita, e a tarde foi passando depressa. Antes do fim, Sinhá Rita pediu a Damião que contasse certa anedota que lhe agradara muito. Era a tal que fizera rir Lucrecia.

— Ande, senhor Damião, não se faça de rogado, que as moças querem ir embora. Vocês vão gostar muito.

Damião não teve remédio senão obedecer. Malgrado o anúncio e a expectativa, que serviam a diminuir o chiste e o efeito, a anedota acabou entre risadas das moças. Damião, contente de si, não esqueceu Lucrecia e olhou para ela, a ver se rira também. Viu-a com a cabeça metida na almofada para acabar a tarefa. Não ria; ou teria rido para dentro, como tossia.

Saíram as vizinhas, e a tarde caiu de todo. A alma de Damião foi-se fazendo tenebrosa, antes da noite. Que estaria acontecendo? De instante a instante, ia espiar pela rótula, e voltava cada vez mais desanimado. Nem sombra do padrinho. Com certeza, o pai fê-lo calar, mandou chamar dous negros, foi à polícia pedir um pedestre, e aí vinha pegá-lo à força e levá-lo ao seminário. Damião perguntou a Sinhá Rita se a casa não teria saída pelos fundos, correu ao quintal e calculou que podia saltar o muro. Quis ainda saber se haveria modo de fugir para a Rua da Vala, ou se era melhor falar a algum vizinho que fizesse o favor de o receber. O pior era a batina; se Sinhá Rita lhe pudesse arranjar um rodaque, uma sobrecasaca velha... Sinhá Rita dispunha justamente de um rodaque, lembrança ou esquecimento de João Carneiro.

— Tenho um rodaque do meu defunto, disse ela, rindo; mas para que está com esses

sustos? Tudo se há de arranjar, descanse.

Afinal, à boca da noite, apareceu um escravo do padrinho, com uma carta para Sinhá Rita. O negócio ainda não estava composto; o pai ficou furioso e quis quebrar tudo; bradou que não, senhor que o peralta havia de ir para o seminário, ou então metia-o no Aljube ou na presiganga. João Carneiro lutou muito para conseguir que o compadre não resolvesse logo, que dormisse a noite, e meditasse bem se era conveniente dar à religião um sujeito tão rebelde e vicioso. Explicava na carta que falou assim para melhor ganhar a causa. Não a tinha por ganha, mas no dia seguinte lá iria ver o homem, e teimar de novo. Concluía dizendo que o moço fosse para a casa dele.

Damião acabou de ler a carta e olhou para Sinhá Rita. Não tenho outra tábua de salvação, pensou ele. Sinhá Rita mandou vir um tinteiro de chifre, e na meia folha da própria carta escreveu esta resposta: "Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos". Fechou a carta com obreia, e deu-a ao escravo, para que a levasse depressa. Voltou a reanimar o seminarista, que estava outra vez no capuz da humildade e da consternação. Disse-lhe que sossegasse, que aquele negócio era agora dela.

— Hão de ver para quanto presto! Não, que eu não sou de brincadeiras!

Era a hora de recolher os trabalhos. Sinhá Rita examinou-os, todas as discípulas tinham concluído a tarefa. Só Lucrécia estava ainda à almofada, meneando os bilros, já sem ver; Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.

— Ah! malandra!

— Nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.

— Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!

Lucrécia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.

— Anda cá!

— Minha senhora, me perdoe!

— Não perdôo, não.

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

— Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

— Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio. . . Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha Jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

— Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor.. .

— Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.

LIÇÃO 3: *Cultura na terra Tupiniquim*

Falaremos um pouco sobre cultura sob o viés da antropologia e através da ótica aqui observada tentaremos discorrer sobre o Brasil étnico, de costumes diversos e comportamento singular. Buscaremos a identidade de um povo sem igual e para tanto tentaremos aclarar alguns pontos que julgamos necessários para essa conversa. Sejam eles: o conceito de cultura para a antropologia, a formação da cultura brasileira e as visões do eu e do outro enquanto sociedade.

Falemos então sobre o conceito de cultura, que embora saibamos não ser um vocábulo de simples tradução, a antropologia se debruça sobre essa incógnita conceitual tentando desvendá-la. Quando lançamos o desafio de definir o conceito de cultura para os alunos nos deparamos com uma gama de definições distintas. Até mesmo nós, se formos pegos desprevenidos, daríamos pelo menos duas ou três definições para o conceito em questão. Seria um modo de cultivo agrícola? Ou o nível de erudição que possui alguém? Quem sabe os rituais que são passados de geração em geração para que a identidade de uma comunidade não morra? Talvez tudo isso e muito mais. Definir cultura não é tarefa simples e isso tornou-se, basicamente, tarefa da antropologia justamente pelo mérito da matéria, estudar os comportamentos e costumes de uma dada comunidade para que essa possa ser compreendida e, quem sabe, utilizada como modelo de uma determinada ação benéfica ao resto do mundo.

A antropologia estuda o fenômeno do homem - a mente do homem, seu corpo, sua evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos, não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo. Para enfatizar esse fato e integrá-lo a seus esforços, os antropólogos tomaram uma palavra de uso corrente para nomear o fenômeno e difundiram seu uso. Essa palavra é cultura. (WAGNER, 2010, p. 27)



Roy Wagner nasceu em Cleveland, Ohio, em 1938. Estudou astronomia, literatura inglesa e história entre 1957 e 1961 na Universidade de Harvard, recebendo um B. A. em História Medieval em 1961. Ingressou em seguida na pós-graduação em antropologia na Universidade de Chicago, orientado por David M. Schneider. Iniciou seu trabalho de campo entre os Daribi no monte Karimui, na Nova Guiné, no final de 1963, onde permaneceu até o começo de 1965. A partir da etnografia daribi, Wagner desenvolveu uma teoria geral sobre a invenção de significado e sobre a noção de cultura, publicada em *A invenção da cultura* em 1975, obra que ganhou nova edição revista e ampliada em 1981.

Cultura seria, então, o fenômeno totalizante do comportamento do Homem, na forma como se comporta e interage com os seus e com os outros, gerando patrimônio e conhecimento, bem como as formas que transfere os conhecimentos adquiridos no transcorrer da história e da criação da própria identidade.

Os perigos existentes na tarefa de analisar a cultura estão em como a vemos. Classificar a nossa própria cultura de forma absolutamente impessoal é tarefa praticamente impossível. Justamente pelo fato de sermos impregnados de tudo aquilo que está ao nosso redor, das nossas ideologias e princípios é que torna a tarefa ainda mais difícil. Tornar exótico aquilo que nos é familiar requer um nível de disciplina e afastamento que não são encontrados em seres triviais. Talvez por essa dificuldade é que tantas pessoas julgam e rotulam as manifestações de hábitos de pessoas, comunidades e países pela forma como estas se comportam, e isso se dá justamente porque o observador torna os seus costumes e formação o parâmetro de julgamento do “outro”. A observação dos hábitos dos outros de forma desprevenida de preconceitos requer um exercício de observação criterioso e dedicado, para que esse tal observador não se torne etnocentrista, elevando a sua própria cultura e ridicularizando ou menosprezando as demais manifestações sociais distintas da sua própria. Sendo assim, não devemos impregnar a cultura do outro da nossa e vice-versa, pois aquilo que nos parece estranho é justamente o normal para o outro.

Onde queremos chegar com tudo que foi pensado até aqui é justamente na grande diversidade apresentada pela nossa brava gente brasileira, que conforme se distanciam no mapa, distanciam-se também na forma de apresentação da cultura. Festas regionais, comidas típicas, rituais religiosos ou mesmo a forma como se expressam oralmente no cotidiano as pessoas das mais diversas regiões, caracterizam, particularizam e identificam esses grupos humanos que pertencem a uma mesma nação, mas que de tão grande em extensão apresenta tamanha diversidade cultural.

O nosso país, esse continental Brasil, traz consigo um vasto campo de trabalho para a antropologia dedicar-se, uma vez que a variedade comportamental apresentada pelas comunidades presentes nas regiões componentes da nação se mostra de várias maneiras. Algumas das formas de apresentação dessa diversidade cultural são as festividades religiosas e as festas profanas. E cada região aparece

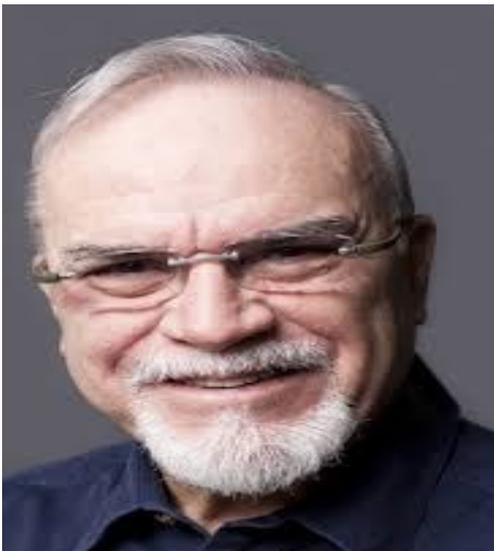
com sua carga de identidade na composição de cada uma delas. Não fica difícil para nós dizermos de qual região origina algumas delas, e são várias: o festival de Parintins, o Oktoberfest, Círio de Nazaré, Festa do Peão de Barretos, Lavagem do Bonfim, o São João, as vaquejadas e, a de maior tradição e representação praticamente em todo território, o carnaval.

Dentre todas essas festividades, que podemos mesclar entre festas profanas e religiosas, é que se forma a identidade e o imaginário do nosso povo. É no sincretismo religioso e nas heranças indígenas que reside boa parte do imaginário cultural da nossa gente. Também descende daí, e de outras misturas, as características comportamentais do povo brasileiro. De gente amiga e hospitaleira e do malandro sabido, que sempre procura uma maneira de resolver seus problemas levando vantagem, dando sempre o seu “jeitinho” (DAMATA, 1986).

Marcos Bagno, em “*Português ou Brasileiro*”, nos dizia que as características identitárias do português falado por nós brasileiros é tão particular em comparação com o falado em além-mar que nossa língua deveria ser chamada de ‘língua brasileira’. Um *oxente*, ou um *tri legal*, um *trem bão* são expressões identitárias que não serão encontradas em outro país de língua portuguesa. Os diminutivos que usamos de forma carinhosa e de certa forma até manipuladora acrescenta ao brasileiro uma característica incomparável. Sendo, portanto, a língua um importantíssimo elemento de formação da cultura de um povo. Mas não é apenas a linguagem, o comportamento do povo brasileiro é ímpar, sua forma de tratar um visitante, a forma como sempre procura levar vantagem em qualquer demanda, de sobressair de situações adversas com a criatividade única são características típicas desse povo. Contudo, uma característica do brasileiro é ressaltada: a malandragem. Cabe ressaltar aqui que essa perspectiva admitida por DaMatta caracteriza muito mais o carioca, é mais uma generalização do termo. Até mesmo a figura de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, de Mario de Andrade trazia consigo a característica marcadamente daquilo que se julgava ser o tipo ideal do brasileiro: preguiçoso e malandro. Mesmo as metamorfoses porque passa a personagem servem de metáforas para que pensemos as várias faces que compõem o povo brasileiro.

Essa maneira única de se comportar que possui o brasileiro é, talvez, consequência da forma como foi gerada a população desde o início da colonização até chegarem os imigrantes e as consolidações sociais que se deram no transcorrer da configuração da sociedade que hoje está assim definida. Roberto DaMatta traz interessantes observações sobre as particularidades que diferenciam um povo de outro e conseqüentemente o povo brasileiro dos demais.

Assim, o ponto de partida deste ensaio é o seguinte: tanto os homens como as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas. Se a condição humana determina que todos os homens devem comer, dormir, trabalhar, reproduzir-se e rezar, essa determinação não chega ao ponto de especificar também que comida ingerir, de que modo produzir, com que mulher (ou homem) acasalar-se e para quantos deuses ou espíritos rezar. É precisamente aqui, nessa espécie de zona indeterminada, mas necessária, que nascem as diferenças e, nelas, os estilos, os modos de ser e estar, os “jeitos” de cada qual. (DAMATTA, 1986, p. 10)



Roberto Augusto DaMatta ONM (Niterói, 29 de julho de 1936) é um antropólogo, conferencista, consultor, colunista de jornal e produtor brasileiro de TV. É Professor Titular de Antropologia Social do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professor Emérito da Universidade de Notre Dame, ocupando a cátedra Reverendo Edmund P. Joyce.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_DaMatta

Roberto DaMatta ainda nos acrescenta e esclarece que se assim somos existe um porquê. Ou melhor dizendo, vários porquês, que viajam da colonização até uma forma de comer e vestir, dos comportamentos sociais, como o amor pelo samba e o futebol, o feijão com arroz ou ainda o sincretismo religioso.

Como se constrói uma identidade social? Como um povo se transforma em Brasil? A pergunta, na sua discreta singeleza, permite descobrir algo muito importante. É que no meio de uma multidão de experiências dadas a todos os homens e sociedades, algumas necessárias à própria sobrevivência, como comer, dormir, morrer, reproduzir-se etc., outras acidentais ou superficiais: históricas, para

ser mais preciso – o Brasil foi descoberto por portugueses e não por chineses, a geografia do Brasil tem certas características como as montanhas na costa do Centro-Sul, sofremos pressão de certas potências europeias e não de outras, falamos português e não francês, a família real transferiu-se para o Brasil no início do século XIX etc. Cada sociedade (e cada ser humano) apenas se utiliza de um número limitado de “coisas” (e de experiências) para construir-se como algo único, maravilhoso, divino e “legal”... (DAMATTA, 1986, p. 11)

Foram todas essas influências de convergências culturais que forjaram o povo brasileiro. As artimanhas nas negociações, a criatividade para ganhar o pão de cada dia, a forma de superação de problemas sociais que tanto assolam a população mais fragilizada são comportamentos dos brasileiros que os distingue de outros povos. As calamidades existem em quaisquer nações, porém a forma como lidamos com as situações é que se difere das demais. Até mesmo na maneira como esse grande povo formou seu Estado é deveras diferente. Uma vez que, até certo ponto, as sucessões na política são fruto das relações hereditárias de famílias estabelecidas nesse meio. Gerando, dessa maneira, uma relação familiar dentro do campo político. Todavia o Estado é maior que a família e justamente por isso não pode ser tratado nem comparado a ela. O trato entre grupos da política e suas articulações se dá através de algo abstrato, mas que se materializa nas condições de disputa e convivência, é o que Bourdieu classificaria como “capital social”. O capital para Bourdieu é uma forma social de dominação, a qual é estabelecida em “campos”, quem detém maior capital em determinado campo exerce a dominação sobre os demais. Dessa forma ele estabelece relação com as teorias marxianas, no tocante à divisão de classes através do capital, porém sendo esse capital um capital específico de um determinado campo, que para nosso entendimento aqui seria o capital social; na vertente weberiana ele estabelece relação conceitual no sentido de exercer o agente que possui mais capital dominação sobre o que possui menos (MONTEIRO, 2016). É uma maneira ampliada de se enxergar as relações sociais sob um certo prisma. O que queremos alcançar é a forma de se relacionar com outros agentes dentro de um certo contexto e adquirir capital social.

Imaginemos dois profissionais da mesma área que serão entrevistados para um emprego, o primeiro tem melhor formação, um currículo invejável na área de relações públicas, mas é extremamente desagradável no trato com as pessoas. O

segundo não apresenta as mesmas qualificações para o cargo de RP, mas agrega muito no seu trato com as pessoas, todos ao seu redor ficam satisfeitos com sua presença e as referências de pessoas que o empregaram colocam a sua cortesia como um ponto forte no trato com as pessoas. O que fica no emprego é o segundo candidato, pois seu capital social foi maior que o do outro e a sua relação de cordialidade o colocou a frente do primeiro. Provavelmente o primeiro candidato veio de uma família com maiores recursos e gozava de maior capital cultural, sendo coberto de proteção e limites pelos pais e, provavelmente, por ser protegido tinha também seus desejos atendidos pelos seus. Nessa conjectura pensemos o segundo candidato como sendo de uma família de capital cultural menor, uma criança que foi educada tendo maior liberdade de expressão e conseqüentemente maior contato com outras pessoas e habilidades adquiridas no convívio, que o fez desenvolver um maior traquejo para conseguir seus objetivos. A necessidade de comunicação e de convencimento faz com que o agente observe os demais como parte de si, não como estranhos, isso o auxilia a desenvolver habilidades de cortesia, seja por naturalidade, seja por necessidade. A esse fenômeno Holanda chamará de “homem cordial”.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o homem cordial. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidade. São antes expressões de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (HOLANDA,1995, p. 146-147)

Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo, 11 de julho de 1902 – São Paulo, 24 de abril de 1982) foi um historiador, sociólogo e escritor brasileiro. Foi também crítico literário, jornalista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde obteve o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais no ano de 1925. Começou a trabalhar como jornalista (no *Jornal do Brasil*), seguindo para Berlim, como correspondente, nos anos 1929-1931. De volta ao Brasil no começo dos anos 30, continuou a trabalhar como jornalista. Em 1936, obteve o cargo de professor assistente da Universidade do Distrito Federal. Neste mesmo ano, casou-se com Maria Amélia de Carvalho Cesário Alvim, com quem teve sete filhos: Sérgio, Álvaro, Maria do Carmo, além dos músicos Ana de Hollanda, Cristina Buarque, Heloísa Maria (Miúcha) e Chico Buarque. Ainda em 1936, publicou o ensaio "*Raízes do Brasil*", que foi seu primeiro trabalho de grande fôlego e que, ainda hoje, é o seu escrito mais conhecido.

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Buarque_de_Holanda



O interessante é que muito do que diz nosso comportamento para com os demais parte da nossa formação familiar. Se temos mais ou menos autonomia nas nossas tarefas domésticas e escolares, se temos autonomia nas nossas escolhas pessoais como qual curso fazer na universidade ou que carreira profissional seguir. Há inúmeros casos de famílias de médicos, advogados, militares e até mesmo políticos que pressionam seus descendentes a seguirem nas suas áreas de atuação, mas isso lhes tira a autonomia. Justamente essa autonomia tão cara ao indivíduo no mundo do trabalho.

Segundo alguns pedagogos e psicólogos de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, fora da família. E se bem considerarmos as teorias modernas, veremos que elas tendem, cada vez mais, a separar o indivíduo da comunidade doméstica, a libertá-lo, por assim dizer, das “virtudes” familiares. Dir-se-á que essa separação e essa libertação representam as condições primárias e obrigatórias de qualquer adaptação à “vida prática”. (HOLANDA, 1995, p. 143)

Da ruptura com o modelo familiar notadamente patriarcal é que nasce o homem cordial, elemento de trato fácil em que a cortesia lhe é natural. Pois a vida prática lhe empurra para algo além dos limites da família. Na concorrência advinda do mundo moderno, sobretudo na procura por colocação no mercado de trabalho, o manejo com as pessoas se faz cada vez mais necessário. Essa filosofia se mostra presente também na composição do Estado. Veja-se que os governos mais autoritários e despóticos não gozam, de modo geral, de tanta simpatia junto ao povo. No modelo de Estado inicial – falamos de Brasil – tinha-se a família patriarcal como sendo antecedente direto da formação do Estado, pensamento notadamente equivocado, uma vez que as fronteiras do estado são infinitamente maiores que as que alcançam a família. Sendo assim, da mesma forma que a família se adequou a uma nova estruturação o Estado também o fez, reconhecendo que seus interesses são maiores que o seu próprio tamanho enquanto representação, não de um nome, mas de um povo.

Na crítica bem humorada, para aqueles que o compreenderam dessa forma, Machado de Assis também deu sua contribuição para uma possível caracterização do modelo de sociedade do Brasil do século XIX em *A teoria do medalhão*, em que numa conversa noturna, com seu filho, o pai tenta inculcar-lhe na mente as notáveis qualidades e bem-aventuranças de ser um medalhão. Esse didático diálogo ocorre

na casa do pai do moço por volta das onze horas da noite do dia do seu vigésimo primeiro aniversário, momento da sua maioridade e que, portanto, deveriam ser-lhes dadas algumas regras que lhe assegurassem um futuro lisonjeiro e de notoriedade. Para tanto o pai utiliza-se de observações de conduta que balizariam homens de sucesso na empreitada de ser um medalhão. Sendo assim ele discorre durante o conto todas essas habilidades que o rapaz deveria alcançar para obter êxito em tamanha empreitada. Uma dessas habilidades seria a de se fazer público. E como todos os demais aconselhamentos, ele deu uma receita para que o filho alcançasse tal publicidade.

- Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é uma dona loureira e senhoril, que tu deves requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante ações heroicas ou custosas, é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um *Tratado científico da criação dos carneiros*, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo. Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explico-me. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste? (ASSIS, 2015, p. 265)

Conseguimos observar algo de polido que foge ao cordial. Machado era mestre em colocar críticas de forma velada nas suas narrativas. Observando atentamente as colocações do pai para o filho, ele mais estava interessado em forjar uma farsa social com intuito de ocupar posição de destaque na escada social do que mesmo fazer do filho uma pessoa feliz por seus méritos. Vimos isso na discussão desse tópico quando citamos Sérgio Buarque de Holanda. Podemos perceber também que cada um dos autores que trataram da matéria até aqui à sua maneira consegue enxergar um mesmo Brasil, que tem em seu povo uma característica comum, ou como colocaria Weber, um tipo ideal, aquele no qual facilmente se pode identificar através de uma característica geral identitária. No caso desse tópico a

identidade marcadamente notada pelos autores, embora dando nomes diferentes, é a de ser um povo gentil, mas também um povo “sabido” que procura sempre tirar vantagem de alguma situação. E, é lógico, uma característica tão marcante não passaria despercebida aos olhos de Machado de Assis. E ele faz questão de mostrar isso nas últimas falas do seu conto quando está prestes a encerrar o diálogo entre pai e filho, já ao passar da meia-noite. Deixa de forma sagaz uma observação que faz toda a diferença entre a cordialidade e a polidez, ele destaca a ironia como sendo algo nocivo às relações de bom trato no ciclo em que o futuro medalhão estaria inserido no futuro. Destaca ainda que o bom humor é de recepção garantida em qualquer roda de conversa, o rapaz deveria ser espirituoso. A essa espirituosidade Machado chama de “chalaça”.

- Somente não debes empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebeitar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. (ASSIS, 2015, p. 267)

1. Tema: Cultura e Identidade.
2. Texto de subsidiário: Sociologia para jovens do século XXI. Oliveira, Luiz Fernandes de/Ricardo César Rocha da Costa. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.
3. Conteúdos:
 - Cultura nacional;
 - Identidade nacional através da percepção de cultura
4. Objetivos:
 - Conhecer o conceito de cultura na Antropologia;
 - Identificar fatores comportamentais geradores de identidade de um povo;
 - Debater os conceitos estudados e refletir sobre as teorias estudadas;
 - Identificar em obra literária indicada elementos que corroborem as teorias desenvolvidas por autores estudados e socializar em sala de aula.
5. Competências e habilidades específicas da BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

HABILIDADES
(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).
(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES
(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida,

valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

HABILIDADES
(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.
(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.
(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.
(EM13CHS604) Conhecer e discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação.
(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade,

para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

6. Procedimentos:

- Sequência didática:
- O professor deve apresentar o conteúdo tendo como base o capítulo 4 do livro didático “Sociologia para jovens do século XXI e a partir daí começar as discussões sobre o conceito de cultura e o que os estudantes entendem por cultura.
- Devem ser levantadas questões do tipo:
 - Você acredita que o modo de vida da cidade é superior ao do campo?
 - Dizem que o brasileiro é malandro, você concorda com essa afirmação?
- Esse conteúdo pode ser trabalhado, preferencialmente em turmas de segundo e terceiro anos do Ensino Médio.
- Avaliação: deve se dar através da socialização dos estudantes em sala de aula daquilo que foi percebido na obra e que caracteriza os conceitos abordados no tema explanado na disciplina de Sociologia.
- Como proposta complementar os professores podem propor aos estudantes que produzam uma feira cultural em que nela contenha representações culturais de várias regiões do Brasil. É uma excelente maneira de construção do conhecimento através da pesquisa.
- Como trabalho final, a sugestão é que eles consigam identificar onde está o caráter cordial e malandro do brasileiro na crítica feita por Machado de Assis em *Teoria do Medalhão*, eles devem apresentar de forma breve em sala de aula.

Teoria do Medalhão, de Machado de Assis

Fonte:

ASSIS, Machado de. Obra Completa. Rio de Janeiro : Nova Aguilar 1994. v. II.

Texto proveniente de:

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por:

Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística

(<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/literat.html>)

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as

informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para <bibvirt@futuro.usp.br>.

Teoria do medalhão

Diálogo

- Estás com sono?
- Não, senhor.
- Nem eu; conversemos um pouco. Abre a janela. Que horas são?
- Onze.
- Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros...
- Papai...
- Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. Os mesmos Pitt e Napoleão, apesar de precoces, não foram tudo aos vinte e um anos. Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger, nem imprecar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante.
- Sim, senhor.
- Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.
- Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?
- Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regime do apurmo e do compasso. O sábio que disse: "a gravidade é um mistério do corpo", definiu a compostura do medalhão. Não confundas essa gravidade com aquela outra que, embora resida no aspecto, é um puro reflexo ou emanção do espírito; essa é do corpo, tão-somente do corpo, um sinal da natureza ou um jeito da vida. Quanto à idade de quarenta e cinco anos...
- É verdade, por que quarenta e cinco anos?
- Não é, como podes supor, um limite arbitrário, filho do puro capricho; é a data normal do fenómeno. Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinqüenta anos, conquanto alguns exemplos se dêem entre os cinqüenta e cinco e os sessenta; mas estes são raros. Há-os também de quarenta anos, e outros mais

precoces, de trinta e cinco e de trinta; não são, todavia, vulgares. Não falo dos de vinte e cinco anos: esse madrugar é privilégio do gênio.

- Entendo.

- Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; coisa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da platéia; mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as idéias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida.

- Mas quem lhe diz que eu...

- Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de idéias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloqüente, eis aí uma esperança, No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas idéias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As idéias são de sua natureza espontâneas e súbitas; por mais que as sofremos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto.

- Creio que assim seja; mas um tal obstáculo é invencível.

- Não é; há um meio; é lançar mão de um regime debilitante, ler compêndios de retórica, ouvir certos discursos, etc. O voltarete, o dominó e o *whist* são remédios aprovados. O *whist* tem até a rara vantagem de acostumar ao silêncio, que é a forma mais acentuada da circunspecção. Não digo o mesmo da natação, da equitação e da ginástica, embora elas façam repousar o cérebro; mas por isso mesmo que o fazem repousar, restituem-lhe as forças e a atividade perdidas. O bilhar é excelente.

- Como assim, se também é um exercício corporal?

- Não digo que não, mas há coisas em que a observação desmente a teoria. Se te aconselho excepcionalmente o bilhar é porque as estatísticas mais escrupulosas mostram que três quartas partes dos habituados do taco partilham as opiniões do mesmo taco. O passeio nas ruas, mormente nas de recreio e parada, é utilíssimo, com a condição de não andares desacompanhado, porque a solidão é oficina de idéias, e o espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir uma tal ou qual atividade.

- Mas se eu não tiver à mão um amigo apto e disposto a ir comigo?

- Não faz mal; tens o valente recurso de mesclar-te aos pasmatórios, em que toda a poeira da solidão se dissipa. As livrarias, ou por causa da atmosfera do lugar, ou por qualquer outra, razão que me escapa, não são propícias ao nosso fim; e, não obstante, há grande conveniência em entrar por elas, de quando em quando, não digo às ocultas, mas às escâncaras. Podes resolver a dificuldade de um modo simples: vai ali falar do boato do dia, da anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia, de um cometa, de qualquer coisa, quando não prefiras interrogar diretamente os leitores habituais das belas crônicas de Mazade; 75 por cento desses estimáveis cavalheiros repetir-te-ão as mesmas opiniões, e uma tal monotonia é grandemente saudável. Com este regime, durante oito, dez, dezoito meses - suponhamos dois anos, - reduces o intelecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum. Não trato do vocabulário, porque ele está subentendido no uso das idéias; há de ser naturalmente simples, tívio, apoucado, sem notas vermelhas, sem cores de clarim...

- Isto é o diabo! Não poder adornar o estilo, de quando em quando...

- Podes; puedes empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar, quando precisam delas. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo

para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. *Caveant consules* é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum*. Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício: seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. Não as relaciono agora, mas fá-lo-ei por escrito. De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. Quanto à utilidade de um tal sistema, basta figurar uma hipótese. Faz-se uma lei, executa-se, não produz efeito, subsiste o mal.

Eis aí uma questão que pode aguçar as curiosidades vadias, dar ensejo a um inquérito pedantesco, a uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis, causas certas, causas possíveis, um estudo infinito das aptidões do sujeito reformado, da natureza do mal, da manipulação do remédio, das circunstâncias da aplicação; matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos, e desvarios. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse imenso aranzel, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes! - E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol.

- Vejo por aí que vosmecê condena toda e qualquer aplicação de processos modernos.

- Entendamo-nos. Condeno a aplicação, louvo a denominação. O mesmo direi de toda a recente terminologia científica; deves decorá-la. Conquanto o rasgo peculiar do medalhão seja uma certa atitude de deus Término, e as ciências sejam obra do movimento humano, como tens de ser medalhão mais tarde, convém tomar as armas do teu tempo. E de duas uma: - ou elas estarão usadas e divulgadas daqui a trinta anos, ou conservar-se-ão novas; no primeiro caso, pertencem-te de foro próprio; no segundo, podes ter a coquetice de as trazer, para mostrar que também és pintor. De outiva, com o tempo, irás sabendo a que leis, casos e fenômenos responde toda essa terminologia; porque o método de interrogar os próprios mestres e oficiais da ciência, nos seus livros, estudos e memórias, além de tedioso e cansativo, traz o perigo de inocular idéias novas, e é radicalmente falso. Acresce que no dia em que viesses a assenhorear-te do espírito daquelas leis e fórmulas, serias provavelmente levado a empregá-las com um tal ou qual comedimento, como a costureira esperta e afreguesada, - que, segundo um poeta clássico, Quanto mais pano tem, mais poupa o corte, Menos monte alardeia de retalhos; e este fenômeno, tratando-se de um medalhão, é que não seria científico.

- Upa! que a profissão é difícil!

- E ainda não chegamos ao cabo.

- Vamos a ele.

- Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é uma dona loureira e senhoril, que tu deves requerer à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante, ações heróicas ou custosas, é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um *Tratado científico da criação dos carneiros*, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo.

Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explico-me. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste?

- Percebi.

- Essa é publicidade constante, barata, fácil, de todos os dias; mas há outra. Qualquer que seja a teoria das artes, é fora de dúvida que o sentimento da família, a amizade pessoal e a estima pública instigam à reprodução das feições de um homem amado ou benemérito.

Nada obsta a que sejas objeto de uma tal distinção, principalmente se a sagacidade dos amigos não achar em ti repugnância. Em semelhante caso, não só as regras da mais vulgar polidez mandam aceitar o retrato ou o busto, como seria desazado impedir que os amigos o expusessem em qualquer casa pública. Dessa maneira o nome fica ligado à pessoa; os que houverem lido o teu recente discurso (suponhamos) na sessão inaugural da União dos Cabeleireiros, reconhecerão na compostura das feições o autor dessa obra grave, em que a "alavanca do progresso" e o "suor do trabalho" vencem as "fauces hiantes" da miséria. No caso de que uma comissão te leve a casa o retrato, deves agradecer-lhe o obséquio com um discurso cheio de gratidão e um copo d'água: é uso antigo, razoável e honesto. Convidarás então os melhores amigos, os parentes, e, se for possível, uma ou duas pessoas de representação. Mais. Se esse dia é um dia de glória ou regozijo, não vejo que possas, decentemente, recusar um lugar à mesa aos *reporters* dos jornais. Em todo o caso, se as obrigações desses cidadãos os retiverem noutra parte, podes ajudá-los de certa maneira, redigindo tu mesmo a notícia da festa; e, dado que por um tal ou qual escrúpulo, aliás desculpável, não queiras com a própria mão anexar ao teu nome os qualificativos dignos dele, incumbe a notícia a algum amigo ou parente.

- Digo-lhe que o que vosmecê me ensina não é nada fácil.

- Nem eu te digo outra coisa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trompas sagradas. Só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesado e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o *odorífero* das flores, o *anilado* dos céus, o *prestimoso* dos cidadãos, o *noticioso* e *suculento* dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário.

- E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os *deficits* da vida?

- Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.

- Nem política?

- Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do *scibboleth* bíblico.

- Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?

- Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: - ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica.

Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; - é mais fácil e mais atraente. Supõe que desejas saber por que motivo a 7ª companhia de infantaria foi transferida de Uruguiana para Canguçu; serás ouvido tão-somente pelo ministro da guerra, que te explicará em dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.

- Farei o que puder. Nenhuma imaginação?

- Nenhuma; antes faze correr o boato de que um tal dom é ínfimo.

- Nenhuma filosofia?

- Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. "Filosofia da história", por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.
- Também ao riso?
- Como ao riso?
- Ficar sério, muito sério...
- Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, - e este ponto é melindroso...
- Diga...
- Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebenatar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. Que é isto?
- Meia-noite.
- Meia-noite? Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o *Príncipe* de Machiavelli. Vamos dormir.

FIM

LIÇÃO 4:

Cidadão: sou, ou não sou? Eis a questão.

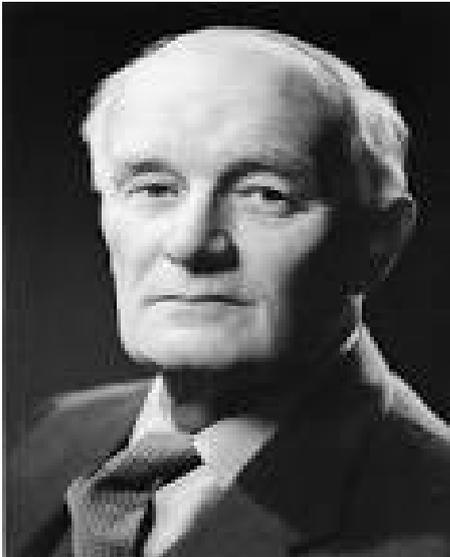
Pensamentos sobre cidadania no Brasil

Aqui, o nosso debate se debruçará sobre o que é e como se chega ao pleno exercício da cidadania. Conceitos que, em certa ordem, é bastante debatido, porém não completamente claro para a maioria dos interessados: o povo brasileiro. Em tempos em que os direitos são ameaçados, as políticas de acesso a saúde e à educação estão cada dia mais sob a mira de governantes elitistas é que devemos nos preocupar em conhecer e disseminar conhecimento e fazer valer esse conceito aqui levantado. O cerceamento de fala na imprensa e a truculência de governantes que tendem a um mandato autoritário, causando medo de um novo regime de exceção fazem pensar no nosso papel enquanto eleitores e cidadãos, que cumprem com seus deveres e sentem medo de terem seus direitos cassados. A bem dizer, medo não, pois já sentimos os direitos serem negados em várias frentes, mas discutiremos isso um pouco mais adiante.

Sendo dois temas que caminham ombro a ombro – cidadania e democracia – trataremos deles separadamente, todavia sempre que necessário eles poderão convergir em algum ponto. Sendo conceitos que deveriam ser práticas, torna-se quase impossível tratar de um sem citar o outro, e vice-versa. Nos diversos momentos da construção do Estado brasileiro e da sua sociedade, o país passou por transformações que ladrilharam o caminho até a situação em que hoje nos encontramos. Mas...como nos encontramos? Essa é uma reflexão que deve ser tomada sem paixões, de maneira fria e apartidária. Conhecer, mesmo que de maneira breve, nossa situação enquanto ocupamos o papel de cidadãos numa democracia é necessário para que possamos realizar julgamentos coerentes sobre a nossa própria existência dentro de uma sociedade elitista e de uma democracia que a cada momento se mostra, na prática, de uma forma diferente e que afeta diretamente o exercício pleno da cidadania.

Para começar de maneira mais objetiva, tomemos como ponto de partida o conceito de cidadania. De modo rudimentar, se indagarmos alguém sobre o que é ser um cidadão, provavelmente essa pessoa dirá que é cumprir com seus deveres e ter seus direitos assegurados. Mas que deveres são esses, e quais são os tais direitos? Pecamos bastante enquanto “cidadãos” por não sabermos até que ponto nossos direitos estão sendo feridos em detrimento de assegurar que outros, sim,

tenham os seus “direitos” assegurados. Parece-nos que a garantia à dignidade e ao pleno exercício da cidadania é vetado a uma larga parcela da sociedade, enquanto é deferida a uma outra parcela de tamanho menor. Pensemos então no que os teóricos tomam como os três pilares da cidadania: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Marshall (1967) dividiu os direitos supracitados como sendo os necessários ao pleno exercício da cidadania e ainda traçou a linha do tempo em que cada um deles se deu na história, tendo sido eles conquistados em épocas e momentos sociais distintos, mesmo que se encontrando em algum desses momentos. Foram assim adquiridos os direitos civis no século XIII, aos direitos políticos foi atribuído ao século XIX e aos sociais o século XX.



Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente por seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class* ("Cidadania e Classe Social"), publicado em 1950, a partir de uma conferência proferida no ano anterior.

Analisou o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se é dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Humphrey_Marshall

Entendamos como direitos civis o direito fundamental à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Este último deve garantir também a isonomia, em que a igualdade perante a lei prevaleça independentemente de raça, credo ou condição social. Um dos remédios utilizados para os mais desamparados, digamos assim, é a figura da defensoria pública, órgão do judiciário responsável por garantir que pessoas de baixa renda tenham assegurados os recursos para uma defesa justa perante a lei.

Tais elementos constantes dos direitos civis nos fazem pensar se realmente esses direitos estão sendo assegurados a todos. Quando vemos a falta de medicamentos e atendimento médico de urgência e emergência nos hospitais e postos de saúde públicos, ambulâncias sucateadas e a falta de investimento no

maior órgão sanitário do país – o Sistema Único de Saúde (SUS) – causando diariamente a morte de inúmeras pessoas, parece-nos que um dos itens amparado nos direitos civis está sendo ferido: o direito à vida. Quando marginais impõem toque de recolher em uma comunidade, impedindo que os moradores possam circular livremente e o poder público se omite, aí nos parece faltar o direito à liberdade, o direito de ir e vir livremente, sem contar nos diversos casos de violência contra a imprensa e ataques a determinados cursos universitários, como Filosofia e Ciências Sociais, por professarem pensamento distinto daqueles que ocupam as cadeiras do poder. E no que tange à igualdade perante à lei nos inquieta uma questão: Igualdade na forma como atua a lei garante realmente que a justiça seja feita de forma isonômica?

Não é papel nosso realizar críticas clichês, é certo que em uma devida medida os direitos civis são respeitados, o problema está na quantidade de indivíduos que eles não alcançam, parcial ou completamente.

Seguindo a trajetória traçada por Marshall trataremos do segundo e importantíssimo direito, o político, tão caro à garantia de um Estado democrático. Observando brevemente como funcionam as campanhas eleitorais e a forma como os candidatos se enfrentam nos debates, as formas de organização de campanhas e reuniões partidárias, podemos dizer que sem o amparo dos direitos civis não podem ser praticados os direitos políticos. É certo que atualmente o acesso ao voto – o sufrágio universal – tem hoje uma maior universalidade, com perdão do paradoxo, mas não foi sempre assim, a história nos mostra. Ser homem e alfabetizado era uma condição para o voto, houve época ainda em que o voto era realizado através de chamada nominal, o que tornava o sufrágio não universal, senão particular. Com o passar do tempo negros, mulheres e analfabetos puderam alcançar tal direito. Ainda assim, cabe dizer que votar e ser votado são os pontos chave dos direitos políticos.

Na história política do Brasil, até 1934, mulheres, negros, pobres e analfabetos não tinham direito a voto. É impossível tratar da cidadania dos negros brasileiros e da promoção de seus direitos humanos sem que se faça uma leitura do passado. (<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-antes-excluidos-hoje-indios-e-negros-participam-ativamente-do-processo-eleitoral>)

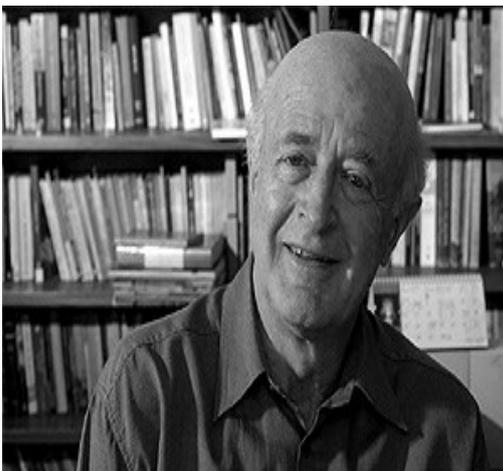
Todavia a cultura assistencialista praticada na política de votos no Brasil pede uma reflexão se os eleitores possuem realmente direito ao voto ou se, inconscientemente, já não têm o voto tirado de si pelos “favores” realizados pelos políticos interessados no seu bem precioso – o famigerado voto. Em nossa história os momentos em que os direitos políticos se fizeram valer de maneira ampla foram intermitentes. Desde a criação de um Estado Republicano até os governos militares e posteriormente o estado democrático, em que nos encontramos, os direitos políticos tiveram altos e baixos. O cerceamento do voto para o cidadão comum durante as ditaduras, por exemplo, são fatos históricos que nos mostram o quão difícil já foi exercer a plena cidadania no Brasil. Exemplos disso foram o Estado Novo, período do golpe de estado dado por Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964. Voltando o direito ao voto apenas com a redemocratização, encabeçada pelo Senhor Diretas – Ulysses Guimarães – no ano de 1985 com o final da ditadura militar e o governo de José Sarnei, visse do então eleito presidente e morto Tancredo Neves. Esse foi um período de grande importância para a cidadania e democracia no Brasil, sobretudo com a promulgação da constituição de 1988, que traria uma amplidão nos direitos fundamentais em seus artigos.

Para falar do terceiro e último direito elencado por Marshall, o mais contemporâneo, filho do século XX, os direitos sociais, veremos o que diz José Murilo de Carvalho.

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. (CARVALHO, 2002, p. 10)

Podemos assim atribuir o advento dos direitos sociais aos efeitos gerados pelo capitalismo e suas consequências. É fato e domínio público que a desigualdade na distribuição de renda no Brasil é gritante. O acúmulo de capital nas mãos de uma parcela ínfima da população e a maioria esmagadora com as sobras, ou mesmo

nada, da riqueza gerada por essas mesmas pessoas que não têm acesso a ela comprometem o direito em questão. Justamente por isso é que programas sociais se fazem necessários, para que as diferenças sejam minimizadas através de iniciativas do poder público ou mesmo de organizações não governamentais. O modelo neoliberal brasileiro não passou pelo estado de bem-estar social, até mesmo pelo modo como esse neoliberalismo ocorreu. Assim, o estado mínimo compromete o investimento nos direitos sociais. Sendo o último dos direitos que garantem o pleno exercício da cidadania, podemos dizer que os direitos sociais têm ainda um longo caminho a percorrer para que alcance todos aqueles que dele necessitam. Uma vez que vemos uma enorme parcela da população sem emprego e renda, sem participação digna na riqueza do país, com a educação pública aquém da privada e, sobretudo, com as ameaças à seguridade social. Podemos levantar questionamentos sobre como mitigar todo esse abismo existente entre o amparo que deveria existir e o que realmente existe. Seria o modelo econômico adotado que não permite à população dignidade? Uma reforma tributária resolveria esse problema, cobrando os tributos de quem realmente tem condições de os pagarem? Ou seria uma reforma política o caminho? São indagações que não cabem a nós responder, mas – se pensamento tem poder – cabe a nós, pelo menos, pensar.



José Murilo de Carvalho (Andrelândia, 8 de setembro de 1939) é um cientista político e historiador brasileiro, membro desde 2004 da Academia Brasileira de Letras. José Murilo tem-se dedicado nos últimos anos ao estudo da construção da cidadania no Brasil, ressaltando suas especificidades. Na sua opinião, “o cidadão vota racionalmente, mas preso ao mundo da necessidade. E acrescenta: “É um voto que tem limitações decorrentes da desigualdade social”, há uma questão de dependência do Estado”.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Murilo_de_Carvalho

A heterogeneidade da população nacional não se dá só no campo cultural. No emprego, na distribuição de renda, no amparo do Estado, no acesso ao saneamento básico são situações mínimas levantadas e que servem de parâmetro para que digamos que não há homogeneidade na aplicação dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Se a definição de cidadania é a de que o cidadão usufrui do que lhe dispõe o Estado, no tocante aos direitos civis, políticos e sociais tendo como

obrigação cumprir com seus deveres para que outros alcancem, também, a cidadania, podemos discernir que numa escala superior ou inferior muitos não são cidadãos no Brasil. Explicamos. Se um contribuinte de renda baixa não tem acesso gratuito à justiça, a saúde e ao emprego que deseja ter, ele está cumprindo com suas obrigações para com a nação, mas a nação não está cumprindo com as suas perante tal indivíduo. Se por outro lado um milionário não paga seus impostos, retira as divisas geradas por seus negócios do país não contribuindo para o crescimento da nação e, ainda assim, ele tem seus direitos civis, políticos e sociais assegurados, ele também não é cidadão, uma vez que ele tem acesso aos direitos, mas não cumpre com suas obrigações, ou seja, os deveres são relegados.

É lógico que não estamos generalizando os casos, estamos apenas tomando tipos ideais para exemplificar nossas conjecturas.

Oportunamente, iremos nos valer do que foi discutido até aqui para que possamos tratar do nosso segundo tema: democracia. Veremos que os temas abordados são íntimos, mas por sua relevância, resolvemos tratá-los em tópicos diferentes.

Proposta pedagógica

1. Tema: Cidadania.
2. Texto de subsidiário: Sociologia para o ensino médio. Nelson Dacio Tomazi. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. Conteúdos:
 - Cidadania no Brasil.
4. Objetivos:
 - Conhecer o conceito de cidadania;
 - Inteirar-se dos direitos que implicam a cidadania;
 - Verificar em que medida o brasileiro tem sua cidadania plena respeitada;
 - Desenvolver debate sobre a cidadania no Brasil;
 - Identificar nas crônicas de Machado de Assis elementos que possam servir de parâmetro comparativo entre a prática da cidadania no decorrer de três séculos no Brasil.
5. Competências e habilidades específicas da BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

HABILIDADES
(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a

narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).
(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES
(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

HABILIDADES
(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.
(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.
(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.
(EM13CHS604) Conhecer e discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação.
(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

6. Procedimentos:

- Sequência didática:

Lançado o tema da aula ,“Cidadania”, o docente pode questionar os estudantes se eles conhecem o termo e o que ele significa. A partir das colocações dos estudantes o professor deve proceder com a definição do tema e abordar a sua conceituação buscando exemplos no cotidiano dos alunos, para que estes possam pensar a cidadania não como um conceito abstrato, mas como algo que faz parte da vida deles.

- O docente pode, também, utilizar um sistema de estações para que, em grupos, os estudantes visualizem situações das quais eles possam identificar se uma cena traduz um elemento da cidadania ou da não-cidadania. Como funciona?
 - I. Em estações montadas com células de quatro mesinhas o professor dispersa imagens de situações cotidianas: um esgoto a céu aberto, uma fila de busca de emprego, moradores de rua, corredores de hospitais cheios de doentes;
 - II. Na outra célula: crianças brincando na creche, pessoas trabalhando, eleitores votando, e assim por diante...
 - III. No final do passeio cada grupo deve ter passado por todas as células, daí o professor irá questioná-los em que situação há a prática da cidadania e onde ela não ocorre e por quê.
 - IV. Esse tipo de trabalho é interessante por sair da rotina do quadro e giz, movimentar a sala e estimular a memória visual, além de incentivar ao debate.
- Outra proposta é a de levar o conceito de *invisibilidade social*. Em que os estudantes devem pensar no que é um indivíduo invisível perante a sociedade.
- Para direcionar a atividade pode ser oferecido o cartum sobre o tema:



Disponível em: <http://umbrasil.com/charges/charge-16-01-2019/>

- Realizado o debate, podem ser considerados os pontos de vista dos estudantes com base nas suas experiências pessoais, bem como nas conclusões a que chegaram após a leitura e do material oferecido pelo professor.
- **Trabalhando Machado de Assis:**
- Machado de Assis tem uma vasta obra que serve como documentos históricos, as suas crônicas jornalísticas. Na crônica *15 de julho de 1894*, Machado traz elementos da sociedade que demonstram como um dos direitos que compõem o exercício da cidadania como vemos hoje era prejudicado: o direito ao voto.

- Nesse texto aparecem dados interessantes de serem explorados no contexto do Brasil do século XIX e que merecem atenção na sua análise para que tracemos a evolução dos direitos políticos e o circo que o envolvia.
- Um dos fatores explícitos na crônica é a violência presente nas eleições, o outro é o fato de as mulheres não votarem, fato defendido por Machado de Assis. Mesmo que de forma bem humorada, ainda assim ele profetizou algo que ocorreria quase um século adiante.
- Avaliação:
 - após a leitura da crônica *15 de julho de 1894*, em forma de enquetes (caixa de pergunta) no Instagram, os estudantes devem colocar uma pergunta para duplas ou grupos apresentarem suas respostas em forma de *story*;
 - apresentar os pontos interessantes que eles perceberam e, sempre que possível, coadunar com o conteúdo estudado.
- Essa prática exige responsabilidade em cumprir a proposta do professor, além de trabalhar com uma ferramenta do cotidiano dos estudantes e pouco explorada, aproveita-se os saberes e colocações dos estudantes para realizar um trabalho pedagógico utilizando as tecnologias em prol da aprendizagem.

15 de julho de 1894

Quando estas linhas aparecerem aos olhos dos leitores, é de crer que toda a população eleitoral do Rio de Janeiro caminhe para as umas, a fim de eleger o presidente do Estado. Renhida é a luta. Como na *Farsália*, de Lucano, pela tradução de um finado sabedor de coisas latinas,

*Nos altos, frente a frente, os dois caudilhos
Sôfregos de ir-se às mãos, já se acamparam.*

Não sei quem seja aqui César nem Pompeu. Contento-me em que não haja morte de homem, nem outra arma além da cédula. Se falo na batalha de hoje, não é que me proponha a cantá-la; eu, nestas campanhas, sou um simples Suetônio, curioso, anedótico, desapaixonado. Assim que, propondo aos meus concidadãos uma reforma eleitoral, não cedo a interesse político, nem falo em nome de nenhuma facção; obedeço a um nobre impulso que eles mesmos reconhecerão, se me fizerem o favor de ler até ao fim.

Ninguém ignora que nas batalhas como a de hoje costuma roncar o pau. Esta arma, força é dizê-lo, anda um tanto desusada, mas é tão útil, tão sugestiva, que dificilmente será abolida neste final do século e nos primeiros anos do outro. Não é épica nem mística, está longe de competir com a lança de Aquiles, ou com a espada do arcanjo. Mas a arma é como o estilo, a melhor é que se adapta ao assunto. Que viria fazer a lança de Aquiles entre um capanga sem letras e um eleitor sem convicção? Menos, muito menos que o vulgar cacete. A pena, “o bico de pena”, segundo a expressão clássica, traz vantagens relativas, não tira sangue de ninguém; não faz vítimas, faz atas, faz eleitos. O vencido perde o lugar, mas não perde as costelas. É preciso forte vocação política para preferir o contrário.

O grande mal das eleições não é o pau, nem talvez a pena, é a abstenção, que dá resultados muita vez ridículos. Urge combatê-la. Cumpre que os eleitores elejam, que se movam, que saiam de suas casas para correr às urnas, que se interessem, finalmente, pelo exercício do direito que a lei lhes deu, ou lhes reconheceu. Não creio, porém, que baste a exortação. A exortação está gasta. A indiferença não se deixa persuadir com palavras nem raciocínios; é preciso estímulo. Creio que uma boa reforma eleitoral, em que esta consideração domine, produzirá efeito certo. Tenho uma ideia que reputo efficacíssima.

Consiste em pouco. A imprensa tem feito reparos acerca do estado do nosso turfe, censurando abusos e pedindo reformas, que, segundo acabo de ler, vão ser iniciadas. Um cidadão, por nome M. Elias, dirigiu a este respeito uma carta ao *Jornal do Commercio*, concordando com os reparos, e dizendo: “Ora, a nossa população esportiva, constituída por dois terços da população municipal, pode assim continuar sujeita, como até agora, ao assalto de combinações escandalosas?” Foi este trecho da carta do Sr. Elias, que me deu a ideia da reforma eleitoral.

A princípio não pude raciocinar. A certeza de que dois terços da nossa população é esportiva, deixou-me assombrado e estúpido. Voltando a mim, fiquei humilhado. Pois quê! dois terços da população é esportiva, e eu não sou esportivo! Mas que sou então neste mundo? Melancolicamente adverti que talvez me falem as qualidades esportivas, ou não as tenha naquele grau eminente ou naquele extenso número em que elas se podem dizer suficientemente esportivas. A memória ajudou-me nesta investigação. Recordei-me que, há alguns anos, três ou quatro, fui convidado por um amigo a ir a uma corrida de cavalos. Não me sentia disposto, mas o amigo convidava de tão boa feição, o carro dele era tão elegante, os cavalos tão galhardos e briosos, que não resisti, e fui.

Não tendo visto nunca uma corrida de cavalos, imaginei coisa mui diversa do que é, realmente, este nobre exercício. Fiquei espantado quando vi que as corridas duravam três ou quatro minutos, e os intervalos meia hora. Nos teatros, quando os intervalos se prolongam, os espectadores batem com os pés, uso que não vi no circo, e achei bom. Vi

que, no fim de cada corrida, toda a gente ia espairecer fora dos seus lugares, e tornava a encher as galerias, apenas se comunicava a corrida seguinte. Uma destas ofereceu-me um episódio interessante. Ao saírem os cavalos, caiu o jóquei de um, ficando imóvel no chão, como morto. Cheio de um sentimento pouco esportivo, quis gritar que acudissem ao desgraçado; mas, vendo que ninguém se movia, cuidei que era uma espécie de partido que o jóquei dava aos adversários; não tardaria a levantar-se, correr, apanhar o cavalo, montá-lo e vencer. Dois verbos mais que César. De fato, o cavalo dele ia correndo; mas, pouco a pouco, vi que o animal, não se sentindo governado, afrouxava, até que de todo parou. Nisto entraram dois homens no circo, tomaram do jóquei imóvel, cujas pernas e braços caíam sem vida, e levaram o cadáver para fora. Não lhe rezei por alma, unicamente por não saber o nome da pessoa. Não veio no obituário, nem os jornais deram notícia do desastre. Perder assim a vida e a corrida, obscuro e desprezado, é por demais duro.

Vindo à minha ideia, acho que a reforma eleitoral, para ser útil e fecunda, há de consistir em dar às eleições um aspecto acentuadamente esportivo. Em vez de esperar que o desejo de escolher representantes leve o eleitor às urnas, devemos suprir a ausência ou a frouxidão desse impulso pela atração das próprias urnas eleitorais. A lei deve ordenar que os candidatos sejam objeto de apostas, ou com os próprios nomes, ou (para ajudar a inércia dos espíritos) com outros nomes convencionais, um por pessoa, e curto. Não entro no modo prático da ideia; cabe ao legislador achá-lo e decretá-lo. A abstenção ficará vencida, e nascerá outro benefício da reforma.

Este benefício será o aumento das naturalizações. Com efeito, se nos dois terços da população esportiva há naturalmente certo número de estrangeiros, não é de crer que essa parte despreze uma ocasião tão esportiva, pela única dificuldade de tirar carta de naturalização. A lei deve até facilitar a operação, ordenando que o simples talão da aposta sirva de título de nacionalidade.

Se a ideia não der o que espero, recorramos então ao exemplo da Nova Zelândia, onde por uma lei recente as mulheres são eleitoras. Em virtude dessa lei, qualificaram-se cem mil mulheres, das quais logo na primeira eleição, há cerca de um mês, votaram noventa mil. Elevemos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nessa injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política.

Que perigo pode vir daí? Que as mulheres, uma vez empossadas das urnas, conquistem as câmaras e elejam-se entre si, com exclusão dos homens? Melhor. Elas farão leis brandas e amáveis. As discussões serão pacíficas. Certos usos de mau gosto desaparecerão dos debates. Aquele, por exemplo, que consiste em dizer o orador que lhe faltam os precisos dotes de tribuna, ao que todos respondem: *Não apoiado*, havendo

sempre uma voz que acrescenta: “É um dos ornamentos mais brilhantes desta câmara”, esse uso, digo, não continuará, quando as câmaras se compuserem de mulheres. Qualquer delas que tivesse o mau gosto de começar o discurso alegando não poder competir em beleza e elegância com as suas colegas, ouviria apenas um silêncio respeitoso e aprovador.

Os homens, que fariam os homens nesse dia? Deus meu, iriam completar o último terço que falta para que a população inteira fique esportiva. O contágio far-nos-ia a todos esportivos. Seria a vitória última e definitiva da esportividade.

(ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar 2015. v. IV.)

LIÇÃO 5:*Que país é esse, Brasil?**O caminho da democracia nacional.***QUE PAÍS É ESSE**

Nas favelas, no Senado
 Sujeira pra todo lado
 Ninguém respeita a Constituição
 Mas todos acreditam no futuro da
 nação

Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?

No Amazonas, no Araguaia iá, iá
 Na Baixada Fluminense
 Mato Grosso, Minas Gerais
 E no Nordeste tudo em paz
 Na morte eu descanso
 Mas o sangue anda solto
 Manchando os papéis, documentos
 fiéis
 Ao descanso do patrão

Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?

Terceiro mundo, se for
 Piada no exterior
 Mas o Brasil vai ficar rico
 Vamos faturar um milhão
 Quando vendermos todas as almas
 Dos nossos índios num leilão

Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?

Fonte: [LyricFind](#)

Compositores: Renato Junior
 Manfredini

Letra de Que País É Esse ©
 Sony/ATV Music Publishing LLC

Artista: [Legião Urbana](#)

Lançado em 1987, o álbum da banda Legião Urbana faz uma crítica ao modelo de país que se tornara o Brasil naquele momento transitório, saindo de um período de 21 anos de governos militares e entrando no período de redemocratização. E é nesse último vocábulo que iremos focar inicialmente. O período que antecedeu o atual estado democrático em que nos encontramos, foi deveras conturbado. Os governos militares tiveram como marca registrada a censura e a centralização do poder nas mãos dos militares. O povo não tinha direito de escolha quando se tratava do governante maior do executivo e as práticas de cerceamento das liberdades fundamentais eram comuns. Quando pensamos em redemocratização nos vem à mente que houve uma democracia, ela deixou de existir e posteriormente voltou a vigorar. Foi justamente o que aconteceu, porém não pela primeira vez. De início nem democracia existia, a autocracia vigorava na figura do rei de Portugal e posteriormente com o imperador. Só após a proclamação da república é que começaram os primeiros modelos de representação, mas ainda não poderíamos classificar como sendo um processo democrático, pois o povo não tinha o poder de voto e veto de forma ampla. Esses grupos defendiam seus próprios interesses, era o Estado oligárquico, não havendo a participação popular. Nesse período, dois grupos dividiam o poder, eram as elites do café e do leite, localizados em São Paulo e Minas Gerais. Sendo o país basicamente agrário a política do café com leite dominava o revezamento no poder executivo nacional e para tanto a figura dos coronéis era de fundamental importância. Detentores das terras e dos meios de produção, os coronéis articularam a política em escala local ascendendo até a nacional através do voto de cabresto, ou mesmo de chibata.

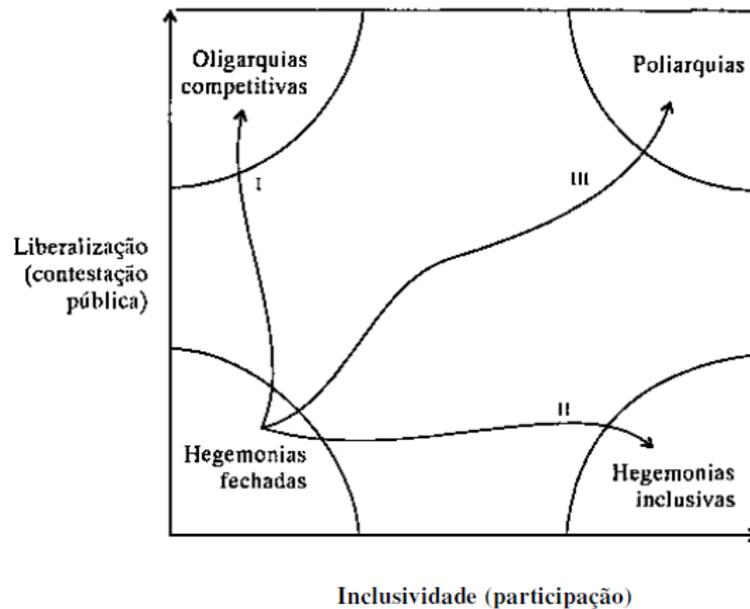
Nos anos 1930 a 45, Getúlio Vargas comandou o país de forma centralizada, dissolveu o legislativo e aproximou-se das massas. A chamada Era Vargas foi um período de poder estabelecido inicialmente por um levante militar, que lhe assegurou a presidência (governo provisório), tornou-se constitucional, sendo eleito pelo congresso, agora reaberto. Por fim, o Estado Novo, fase em que governou, mais uma vez, através de manobras políticas, e assim pôde se manter no poder até que a presidência fosse reclamada pelos militares. O intuito aqui não é dar aula de História, até mesmo por não ser a nossa especialidade, porém cabe dizer que os momentos políticos por que passou o Brasil foram turbulentos, e que em vários momentos o poder deixou de emanar do povo, ou nem mesmo chegou a ele, e ficou

centralizado nas mãos de um grupo ou de um homem. Fato que vai de encontro ao que rege o conceito de democracia.

Primeiro nas mãos da Coroa Portuguesa (período colonial, 1500 -1822), depois nas mãos do imperador (período monárquico, 1822 - 1889), com a criação do Estado republicano (1889 – 1930), Era Vargas e assim por diante. O que vale dizer é que em diversos momentos o poder nacional, ou estava nas mãos de uma única pessoa, ou de um grupo específico – as oligarquias ou os militares.

Tentemos, então, adentrar nos conceitos que definem o que vem a ser um regime democrático. Diz-se que “democracia” é o poder que emana do povo e para o povo, mas essa definição nos parece um pouco rasa. Vamos, assim, aprofundar um pouco mais, embora não seja tarefa simplória. Pois para que o poder emane do povo e para o povo, esse mesmo povo tem que ter representatividade, voz e vez. E esses atributos só foram conquistados com muita luta e, podemos dizer, ainda estão em desenvolvimento. A cada momento que surge uma nova minoria que precisa de atenção novas lideranças políticas precisam surgir para que essas minorias tenham voz na política. Sendo assim, a democracia se dá quando o povo tem representatividade na política, podendo votar e ser votado, tendo seus anseios ouvidos pelo Estado, e dentro dos limites a ele cabido, atendidos. Para isso foi de fundamental importância o processo de democratização e redemocratização, principalmente esse último, no qual houve uma abertura para a criação dos partidos que representam essas minorias as quais não eram ouvidas e serviam tão somente como meio de manipulação para a manutenção dos grupos hegemônicos no poder.

A ampla competição permite que indivíduos possam competir de forma igual a um cargo público eletivo, defendendo seus projetos e necessidades do grupo que representa e, assim, ser eleito através do voto. Além de poderem contestar a competência de um determinado governo através de seus representantes ou de forma direta. Quando uma nação consegue abranger de uma forma ampla os seus concidadãos no processo político, tendo o poder de disputar e contestar livremente um cargo público, ela está sendo democrática. A esse movimento Robert Dahl chama de poliarquia (DAHL, 2005).



P. 30

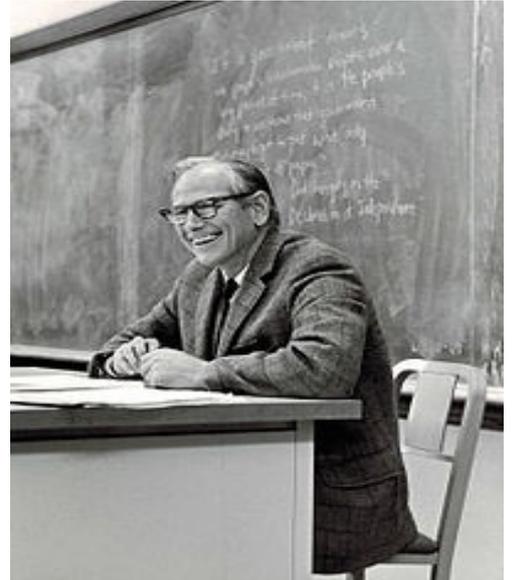
Dahl explica que se as sociedades caminham das hegemonias fechadas em direção a uma maior abrangência de participação, o que implica no afastamento das oligarquias e de hegemonias, mesmo as inclusivas, ela está se tornando uma poliarquia. Ou seja, está próxima de desenvolver uma democracia plena, embora defenda que essa plenitude seja impossível por completo. Sempre existirão grupos hegemônicos defendendo seus interesses e com uma força a ser imposta para que não percam o poder. Mas a grande vantagem de um estado democrático é, justamente, o revezamento de representantes de grupos diversos no poder.

A democracia poderia ser concebida como um regime localizado no canto superior direito. Mas como ela pode envolver mais dimensões do que as duas da figura 1.2, e como (no meu entender) nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais que estão mais perto do canto superior direito de poliarquias. Qualquer mudança num regime que o desloque para cima e para a direita, ao longo do caminho III, por exemplo, pode-se dizer que representa algum grau de democratização. As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (DAHL, 2005, p. 31)

Robert Alan Dahl (Inwood, 17 de dezembro de 1915 – Hamden, 5 de fevereiro de 2014) foi um cientista político norte-americano. Formulador do conceito de "poliarquia", Dahl foi professor emérito da Universidade Yale.

Nos anos 1960 Dahl envolveu-se em uma polêmica com C. Wright Mills a respeito da natureza da política nos Estados Unidos, que se tornou um momento decisivo do desenvolvimento da ciência política norte-americana. Mills sustentava que os governos dos Estados Unidos eram controlados por uma elite de poder unitária e demograficamente restrita. Dahl respondeu afirmando a existência de muitas elites diferentes, as quais têm de operar em situações tanto de conflito quanto de compromisso entre si. E é isso, Dahl assevera, que constitui a democracia ou, pelo menos, a poliarquia – conceito formulado posteriormente por ele para se referir ao ordenamento institucional que prevê a formação de governos através de eleições realizadas em contextos competitivos e inclusivos, ainda que não se alcancem os ideais mais exigentes de soberania popular frequentemente associados ao conceito de democracia.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Dahl



Sendo assim, as palavras-chave para Dahl seriam participação e oposição. Participação no processo eleitoral e o direito de se opor e poder defender seu ponto de vista sem censuras, mas dentro de um processo legítimo de contestação. Salvo suas particularidades internas, o Brasil, podemos dizer, é uma poliarquia no sentido de popularização e liberalização no processo de representatividade. Temos, hoje, partidos políticos que representam praticamente todos os seguimentos da sociedade. E os que ainda não têm essa representação, provavelmente, terão em breve.

Claro é que ainda temos um longo caminho a percorrer no sentido de um processo político que agrade à maioria da população, mas desde a criação da república até hoje os avanços foram muito grandes. Passamos de uma parcela restrita de definidores do poder, para uma ampla abrangência de cidadãos com direitos políticos assegurados. É inegável que existem grupos hegemônicos que passam o poder quase que de forma hereditária de geração em geração, todavia o processo político amplo nos permite alternar os nomes que ocupam as cadeiras do poder.

Quando falamos em “cadeiras do poder” não podemos deixar de levar em conta que esse poder é a eles concedido – os ocupantes – por nós eleitores. Considerando que figuramos numa democracia representativa, ou seja, elegemos aqueles que devem representar a nossa vontade, ou pelo menos da maioria. Isso implicaria dizer que os atos desses políticos que nos representam sejam lícitos e

públicos. Não havendo aquilo que mais ocorre hoje, votações a portas fechadas e criação de notícias que tiram o foco da população para que assim possam aprovar leis que mais favorecem um grupo de empresários ou financiadores de campanha, em detrimento daquela população que elegeu seu “representante”. Atos como o colocado acima ferem a questão da responsividade para com os eleitores, o cuidado com o bem-estar da população e o cuidado com a coisa pública, uma vez que demonstra uma representatividade não dos eleitores, mas dos seus próprios interesses.

Dessa forma devemos entender a democracia como um processo que passa por estágios da sociedade e que deve ser zelado com afinco, para que não deixe de ser a defesa de um ponto de vista individual, que comungando com outros iguais em pensamento represente uma coletividade de forma harmônica e respeitosa, sobretudo sendo garantidos pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; tão necessários à garantia do estado democrático de direito, com independência e lisura.

Apesar de termos nos debruçado sobre questões inerentes especificamente ao Brasil, não obstante existem outras formas de democracia que podem ser exercidas na composição moderna do estado democrático. Alguns deles não seriam aplicáveis ao Brasil devido ao seu modelo de sistema político, mesmo assim vejamos alguns deles.

Cardia (1998) elenca cinco tipos de democracia, dos quais veremos que alguns deles não poderiam ser praticados no Brasil devido a alguns fatores de ordem organizacional jurídica e política. Seriam elas: democracia direta, a democracia convencional, a democracia representativa ou constitucional, a democracia plebiscitária e a democracia orgânica. Vejamos:

1. A **democracia direta** era a praticada na sociedade ateniense antiga, ela funcionaria em organizações populacionais de pequeno porte, pelo seu caráter participativo de forma direta através da defesa de interesses defendidos pelo argumento. Nesse sistema os representantes do povo – chamados de magistrados – eram militares escolhidos por meio de sorteio.
2. A **democracia convencional** seria um sistema político em que o poder seria exercido por um corpo representativo dotado de plenos poderes,

configurando uma democracia totalitária, sem divisão dos poderes e exercido em toda a extensão territorial.

3. A **democracia representativa ou constitucional** é essa da qual partilhamos no modelo que conhecemos no Brasil. Com ampla condição de oposição e concorrência a cargos públicos eletivos e com o poder do Estado dividido nos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Nele, é através do voto em regime de sufrágio universal por meio de escrutínio que são definidos aqueles que serão os representantes políticos do povo no poder exercido pelo Estado.
4. A **democracia plebiscitária** é instituída através de plebiscito para a escolha do ditador ou para mantê-lo no poder por sufrágio universal. Este regime difere da democracia representativa no tocante aos direitos fundamentais, pois ignora os mesmos.
5. A **democracia orgânica** se dá através de deliberações coletivas nas quais são escolhidos os representantes das variadas categorias em defesa de interesses dessas coletividades: econômica, profissional, cultural, etc. (CARDIA, 1998, p. 311-314)

Não podemos, no entanto, confundir ou homogeneizar os conceitos de democracia e república, mesmo que à primeira vista pareçam convergentes. Por república se compreende um sistema de governo que trata de cuidar da coisa pública para o seu povo, podendo ser presidencialista ou parlamentarista, por exemplo. A democracia é uma forma de governo em que o poder, até certo ponto, dependendo do modelo, emana do povo e para o povo ele serve.

Olhando para o que foi estudado nesse tópico e fazendo ponte com a literatura, encontramos um texto bastante interessante e do qual faremos uma breve análise. O título por si é sugestivo – *A sereníssima República: Conferência do cônego Vargas* – no qual nosso autor de referência para todos os tópicos, Machado de Assis, realiza um trabalho excelente na mescla de gêneros e de metáforas relacionadas ao movimento eleitoral da república. De início já percebemos um tal ar de sarcasmo, quando profere discurso em conferência, até aí tudo bem, o diferencial é o assunto abordado: a descoberta de uma república de aranhas. E ele vai discorrendo nessa mistura de três gêneros – conto, fábula e conferência – elaborando em sua fala todas as qualidades dessa comunidade ímpar e organizada ao ponto de estabelecer um sistema eleitoral. Daí em diante o que vale salientar com

mais veemência são as tentativas constantes e sequenciais em fraudar as eleições. Artifícios de toda sorte foram praticados para que uma aranha de um partido chamado retilíneo, outro reto-curvilíneo ou do curvilíneo pudesse chegar ao poder. Esses nomes de certa forma remetem aos partidos de direita, de centro e de esquerda.

A crítica reside justamente no fato de serem criadas tantas leis e todas elas serem burladas, e no final voltar-se ao ponto de partida, pois as leis novas terminavam por serem manipuladas e as fraudes continuavam a acontecer. Restando aguardar uma solução que demorara a chegar e a muito se tentava conseguir para que o impasse fosse superado: a sapiência.

Proposta pedagógica

1. Tema: Democracia.
2. Texto de subsidiário: Sociologia para o ensino médio. Nelson Dacio Tomazi. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. Conteúdos:
 - Democracia no Brasil.
4. Objetivos:
 - Conhecer o conceito de democracia e poliarquia;
 - Percorrer a história do Brasil da colônia até a república e reconhecer as configurações do poder e a participação do povo através do voto;
 - Perceber a importância do voto em um estado democrático;
5. Identificar no conto de Machado de Assis a crítica realizada por ele à manipulação do voto em seus possíveis efeitos. Competências e habilidades específicas da BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

HABILIDADES
(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a

narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).
(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar as tipologias evolutivas (como populações nômades e sedentárias, entre outras) e as oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/sensibilidade, material/virtual etc.), explicitando as ambiguidades e a complexidade dos conceitos e dos sujeitos envolvidos em diferentes circunstâncias e processos.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES
(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

HABILIDADES
(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.
(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.
(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.
(EM13CHS604) Conhecer e discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação.
(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

6. Procedimentos:

- Sequência didática:

Democracia é um tema importante de ser estudado por ser ela a chave de libertação de uma nação. Portanto o professor deve mostrar os efeitos da ausência da democracia e os benefícios de se ter um povo politicamente consciente do seu dever democrático enquanto cidadão, responsável por quem atribui seu voto. Ressaltar a importância do voto aos mais jovens e necessário e relevante, já que eles, em breve, é que estarão escolhendo os políticos que irão os representar e legislar em seu favor, ou contra.

- A sugestão de atividade é de se montar uma campanha política dentro da sala de aula. Para isso os estudantes deverão ser divididos em partidos criados por eles e determinar a filosofia desse partido, qual grupo social eles representam. Esse exercício vai gerando neles a consciência de representatividade, saber que nosso sistema é representativo, e que por isso eles devem escolher bem quem os irá representar.
 - I. Lançamento da proposta da atividade;
 - II. Criação dos partidos e divisão dos candidatos;
 - III. Lançamento das propostas de campanha;
 - IV. Eleição com voto direto e secreto.
- Uma análise do texto de Machado de Assis, *A sereníssima República*, é muito interessante, pois esse texto, mesmo sendo um conto, traz elementos lúdicos e científicos, os quais permitem fazer uma leitura interessante do processo eleitoral e a importância do voto de forma divertida.
- A leitura do conto pode ser realizada como tarefa para casa e os alunos podem socializar os pontos que identificaram de uma democracia, na sala de aula, de forma espontânea com a mediação do professor.
- Avaliação:
 - O professor pode propor aos estudantes a produção de vídeos do aplicativo *tik tok* sobre os temas dos quais eles deverão estudar os principais conceitos e colocá-los em vídeos de um minuto, sintetizando o assunto e utilizando ferramentas do cotidiano dos mesmos. Reuni-los e socializa-los para que sirvam de material complementar ao estudo do conteúdo.

A Sereníssima República, de Machado de Assis

Fonte:

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar 1994. v. II.

Texto proveniente de:

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por:

Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística

(<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/literat.html>)

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para

<bibvirt@futuro.usp.br>.

A sereníssima República

(Conferência do cônego Vargas)

Meus senhores,

Antes de comunicar-vos uma descoberta, que reputo de algum lustre para o nosso país, deixai que vos agradeça a prontidão com que acudisses ao meu chamado. Sei que um interesse superior vos trouxe aqui; mas não ignoro também, - e fora ingratidão ignorá-lo, - que um pouco de simpatia pessoal se mistura à vossa legítima curiosidade científica. Oxalá possa eu corresponder a ambas. Minha descoberta não é recente; data do fim do ano de 1876. Não a divulguei então, - e, a não ser o *Globo*, interessante diário desta capital, não a divulgaria ainda agora, - por uma razão que achará fácil entrada no vosso espírito. Esta obra de que venho falar-vos, carece de retoques últimos, de verificações e experiências complementares. Mas o *Globo* noticiou que um sábio inglês descobriu a linguagem fônica dos insetos, e cita o estudo feito com as moscas. Escrevi logo para a Europa e aguardo as respostas com ansiedade. Sendo certo, porém, que pela navegação aérea, invento do padre Bartolomeu, é glorificado o nome estrangeiro, enquanto o do nosso patrício mal se pode dizer lembrado dos seus naturais, determinei evitar a sorte do insigne Voador, vindo a esta tribuna, proclamar alto e bom som, à face do universo, que muito antes daquele sábio, e fora das ilhas britânicas, um

modesto naturalista descobriu coisa idêntica, e fez com ela obra superior.

Senhores, vou assombrar-vos, como teria assombrado a Aristóteles, se lhe perguntasse:

Credeis que se possa dar um regime social às aranhas? Aristóteles responderia negativamente, com vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar

socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. Pois bem, esse impossível fi-lo eu.

Ouçõ um riso, no meio do sussurro de curiosidade. Senhores, cumpre vencer os preconceitos. A aranha parece-vos inferior, justamente porque não a conheceis. Amais o cão, prezais o gato e a galinha, e não advertis que a aranha não pula nem ladra como o cão, não mia como o gato, não cacareja como a galinha, não zune nem morde como o mosquito, não nos leva o sangue e o sono como a pulga. Todos esses bichos são o modelo acabado da vadiação e do parasitismo. A mesma formiga, tão gabada por certas qualidades boas, dá no nosso açúcar e nas nossas plantações, e funda a sua propriedade roubando a alheia. A aranha, senhores, não nos aflige nem defrauda; apanha as moscas, nossas inimigas, fia, tece, trabalha e morre. Que melhor exemplo de paciência, de ordem, de previsão, de respeito e de humanidade? Quanto aos seus talentos, não há duas opiniões. Desde Plínio até Darwin, os naturalistas do mundo inteiro formam um só coro de admiração em torno desse bichinho, cuja maravilhosa teia a vassoura inconsciente do vosso criado destrói em menos de um minuto. Eu repetiria agora esses juízos, se me sobrasse tempo; a matéria, porém, excede o prazo, sou constrangido a abreviá-la. Tenho-os aqui, não todos, mas quase todos; tenho, entre eles, esta excelente monografia de Büchner, que com tanta

subtileza estudou a vida psíquica dos animais. Citando Darwin e Büchner, é claro que me restrinjo à homenagem cabida a dois sábios de primeira ordem, sem de nenhum modo absolver (e as minhas vestes o proclamam) as teorias gratuitas e errôneas do materialismo. Sim, senhores, descobri uma espécie araneida que dispõe do uso da fala; coligi alguns, depois muitos dos novos articulados, e organizei-os socialmente. O primeiro exemplar dessa aranha maravilhosa apareceu-me no dia 15 de dezembro de 1876. Era tão vasta, tão colorida, dorso rubro, com listras azuis, transversais, tão rápida nos movimentos, e às vezes tão alegre, que de todo me cativou a atenção. No dia seguinte vieram mais três, e as quatro tomaram posse de um recanto de minha chácara. Estudei-as longamente; achei-as admiráveis. Nada, porém, se pode comparar ao pasmo que me causou a descoberta do idioma araneida, uma língua, senhores, nada menos que uma língua rica e variada, com a sua estrutura sintáctica, os seus verbos, conjugações, declinações, casos latinos e formas onomatopaicas, uma língua que estou gramaticando para uso das academias, como o fiz sumariamente para meu próprio uso. E fi-lo, notai bem, vencendo dificuldades aspérrimas com uma paciência extraordinária. Vinte vezes desanimei; mas o amor da ciência dava-me forças para arremeter a um trabalho que, hoje declaro, não chegaria a ser feito duas vezes na vida do mesmo homem.

Guardo para outro recinto a descrição técnica do meu arácnide, e a análise da língua. O objeto desta conferência é, como disse, ressaltar os direitos da ciência brasileira, por meio de um protesto em tempo; e, isto feito, dizer-vos a parte em que reputo a minha obra superior à do sábio de Inglaterra. Devo demonstrá-lo, e para este ponto chamo a vossa atenção.

Dentro de um mês tinha comigo vinte aranhas; no mês seguinte cinqüenta e cinco; em março de 1877 contava quatrocentas e noventa. Duas forças serviram principalmente à empresa de as congregar: - o emprego da língua delas, desde que pude discerni-la um pouco, e o sentimento de terror que lhes infundi. A minha estatura, as vestes talares, o uso do mesmo idioma, fizeram-lhes crer que era eu o deus das aranhas, e desde então adoraram-me. E vede o benefício desta ilusão. Como as acompanhasse com muita atenção e miudeza, lançando em um livro as observações que fazia, cuidaram que o livro era o registro dos seus pecados, e fortaleceram-se ainda mais na prática das virtudes. A flauta também foi um grande auxiliar. Como sabeis, ou deveis saber, elas são doidas por música.

Não bastava associá-las; era preciso, dar-lhes um governo idôneo. Hesitei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham contra si o existirem. Explico-me. Uma forma vigente de governo ficava exposta a comparações que poderiam amesquinhá-la. Era-me preciso, ou achar uma forma nova, ou restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que uma república, à maneira de Veneza, o mesmo molde, e até o mesmo epíteto.

Obsoleto, sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo, cabia-lhe ainda a vantagem de um mecanismo complicado, - o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade. Outro motivo determinou a minha escolha. Entre os diferentes modos eleitorais da antiga Veneza, figurava o do saco e bolas, iniciação dos filhos da nobreza no serviço do Estado.

Metiam-se as bolas com os nomes dos candidatos no saco, e extraía-se anualmente um certo número, ficando os eleitos desde logo aptos para as carreiras públicas. Este sistema fará rir aos doutores do sufrágio; a mim não. Ele exclui os desvarios da paixão, os desazos da inépcia, o congresso da corrupção e da cobiça. Mas não foi só por isso que o aceitei; tratando-se de um povo tão exímio na fiação de suas teias, o uso do saco eleitoral era de fácil adaptação, quase uma planta indígena.

A proposta foi aceita. Sereníssima República pareceu-lhes um título magnífico, roçagante, expansivo, próprio a engrandecer a obra popular. Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição, nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os solários de Campanella ou os utopistas de Morus; formam um povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias do papel, válidas no papel e mancas na prática. O

que posso afirmar-vos é que, não obstante as incertezas da idade, eles caminham, dispendo de algumas virtudes, que presumo essenciais à duração de um Estado. Uma delas, como já disse, é a perseverança, uma longa paciência de Penélope, segundo vou mostrar-vos.

Com efeito, desde que compreenderam que no ato eleitoral estava a base da vida pública, trataram de o exercer com a maior atenção. O fabrico do saco foi uma obra nacional. Era um saco de cinco polegadas de altura e três de largura, tecido com os melhores fios, obra sólida e espessa. Para compô-lo foram aclamadas dez damas principais, que receberam o título de mães da república, além de outros privilégios e foros. Uma obra-prima, podeis crê-lo.

O processo eleitoral é simples. As bolas recebem os nomes dos candidatos, que provarem certas condições, e são escritas por um oficial público, denominado "das inscrições". No dia da eleição, as bolas são metidas no saco e tiradas pelo oficial das extrações, até perfazer o número dos elegendos. Isto que era um simples processo inicial na antiga Veneza, serve aqui ao provimento de todos os cargos.

A eleição fez-se a princípio com muita regularidade; mas, logo depois, um dos legisladores declarou que ela fora viciada, por terem entrado no saco duas bolas com o nome do mesmo candidato. A assembléia verificou a exatidão da denúncia, e decretou que o saco, até ali de três polegadas de largura, tivesse agora duas; limitando-se a capacidade do saco, restringia-se o espaço à fraude, era o mesmo que suprimi-la. Aconteceu, porém, que na eleição seguinte, um candidato deixou de ser inscrito na competente bola, não se sabe se por descuido ou intenção do oficial público. Este declarou que não se lembrava de ter visto o ilustre candidato, mas acrescentou nobremente que não era impossível que ele lhe tivesse dado o nome; neste caso não houve exclusão, mas distração. A assembléia, diante de um fenómeno psicológico inelutável, como é a distração, não pôde castigar o oficial; mas, considerando que a estreiteza do saco podia dar lugar a exclusões odiosas, revogou a lei anterior e restaurou as três polegadas.

Nesse ínterim, senhores, faleceu o primeiro magistrado, e três cidadãos apresentaram-se candidatos ao posto, mas só dois importantes, Hazeroth e Magog, os próprios chefes do partido retilíneo e do partido curvilíneo. Devo explicar-vos estas denominações. Como eles são principalmente geômetras, é a geometria que os divide em política. Uns entendem que a aranha deve fazer as teias com fios retos, é o partido retilíneo; - outros pensam, ao contrário, que as teias devem ser trabalhadas com fios curvos, - é o partido curvilíneo. Há ainda um terceiro partido, misto e central, com este postulado: - as teias devem ser urdidas de fios retos e fios curvos; é o partido reto-curvilíneo; e finalmente, uma quarta divisão política, o partido anti-reto-curvilíneo, que fez tábuas de todos os princípios litigantes, e propõe o uso de umas teias urdidas de ar, obra transparente e leve, em que não há linhas de espécie alguma. Como a geometria apenas poderia dividi-los, sem chegar a apaixoná-los, adotaram uma simbólica. Para uns, a linha reta exprime os bons sentimentos, a justiça, a probidade, a inteireza, a constância, etc., ao passo que os sentimentos ruins ou inferiores, como a bajulação, a fraude, a deslealdade, a perfídia, são perfeitamente curvos. Os adversários respondem que não, que a linha curva é a da virtude e do saber, porque é a expressão da modéstia e da humildade; ao contrário, a ignorância, a presunção, a toleima, a parlapatice, são retas, duramente retas. O terceiro partido, menos anguloso, menos exclusivista, desbastou a exageração de uns e outros, combinou os contrastes, e proclamou a simultaneidade das linhas como a exata cópia do mundo físico e moral. O quarto limita-se a negar tudo.

Nem Hazeroth nem Magog foram eleitos. As suas bolas saíram do saco, é verdade, mas foram inutilizadas, a do primeiro por faltar a primeira letra do nome, a do segundo por lhe faltar a última. O nome restante e triunfante era o de um argentário ambicioso, político obscuro, que subiu logo à poltrona ducal, com espanto geral da república. Mas os vencidos não se contentaram de dormir sobre os louros do vencedor; requereram uma devassa. A devassa mostrou que o oficial das inscrições intencionalmente viciara a ortografia de seus nomes. O oficial confessou o defeito e a intenção; mas explicou-os dizendo que se tratava de uma simples elipse; delito, se o era, puramente literário. Não sendo possível perseguir ninguém por defeitos de ortografia ou figuras de retórica, pareceu acertado rever a lei.

Nesse mesmo dia ficou decretado que o saco seria feito de um tecido de malhas, através das

quais as bolas pudessem ser lidas pelo público, e, *ipso facto*, pelos mesmos candidatos, que assim teriam tempo de corrigir as inscrições.

Infelizmente, senhores, o comentário da lei é a eterna malícia. A mesma porta aberta à lealdade serviu à astúcia de um certo Nabiga, que se conchavou com o oficial das extrações, para haver um lugar na assembléia. A vaga era uma, os candidatos três; o oficial extraiu as bolas com os olhos no cúmplice, que só deixou de abanar negativamente a cabeça, quando a bola pegada foi a sua. Não era preciso mais para condenar a idéia das malhas. A assembléia, com exemplar paciência, restaurou o tecido espesso do regime anterior; mas, para evitar outras elipses, decretou a validação das bolas cuja inscrição estivesse incorreta, uma vez que cinco pessoas jurassem ser o nome inscrito o próprio nome do candidato.

Este novo estatuto deu lugar a um caso novo e imprevisto, como ides ver. Tratou-se de eleger um coletor de espórtulas, funcionário encarregado de cobrar as rendas públicas, sob a forma de espórtulas voluntárias. Eram candidatos, entre outros, um certo Caneca e um certo Nebraska. A bola extraída foi a de Nebraska. Estava errada, é certo, por lhe faltar a última letra; mas, cinco testemunhas juraram, nos termos da lei, que o eleito era o próprio e único Nebraska da república. Tudo parecia findo, quando o candidato Caneca requereu provar que a bola extraída não trazia o nome de Nebraska, mas o dele. O juiz de paz deferiu ao peticionário. Veio então um grande filólogo, - talvez o primeiro da república, além de bom metafísico, e não vulgar matemático, - o qual provou a coisa nestes termos:

- Em primeiro lugar, disse ele, deveis notar que não é fortuita a ausência da última letra do nome Nebraska. Por que motivo foi ele inscrito incompletamente? Não se pode dizer que por fadiga ou amor da brevidade, pois só falta a última letra, um simples *a*. Carência de espaço? Também não; vede: há ainda espaço para duas ou três sílabas. Logo, a falta é intencional, e a intenção não pode ser outra, senão chamar a atenção do leitor para a letra *k*, última escrita, desamparada, solteira, sem sentido. Ora, por um efeito mental, que nenhuma lei destruiu, a letra reproduz-se no cérebro de dois modos, a forma gráfica e a forma sônica: *k* e *ca*. O defeito, pois, no nome escrito, chamando os olhos para a letra final, incrusta desde logo no cérebro, esta primeira sílaba: *Ca*. Isto posto, o movimento natural do espírito é ler o nome todo; volta-se ao princípio, à inicial *ne*, do nome *Nebrask*. - *Cané*. - Resta a sílaba do meio, *bras*, cuja redução a esta outra sílaba *ca*, última do nome Caneca, é a coisa mais demonstrável do mundo. E, todavia, não a demonstrarei, visto faltar-vos o preparo necessário ao entendimento da significação espiritual ou filosófica da sílaba, suas origens e efeitos, fases, modificações, conseqüências lógicas e sintáticas, dedutivas ou indutivas, simbólicas e outras. Mas, suposta a demonstração, aí fica a última prova, evidente, clara, da minha afirmação primeira pela anexação da sílaba *ca* às duas *Cane*, dando este nome Caneca.

A lei emendou-se, senhores, ficando abolida a faculdade da prova testemunhal e interpretativa dos textos, e introduzindo-se uma inovação, o corte simultâneo de meia polegada na altura e outra meia na largura do saco. Esta emenda não evitou um pequeno abuso na eleição dos alcaides, e o saco foi restituído às dimensões primitivas, dando-se-lhe, todavia, a forma triangular. Compreendeis que esta forma trazia consigo, uma conseqüência: ficavam muitas bolas no fundo. Daí a mudança para a forma cilíndrica; mais tarde deu-se-lhe o aspecto de uma ampulheta, cujo inconveniente se reconheceu ser igual ao triângulo, e então adotou-se a forma de um crescente, etc. Muitos abusos, descuidos e lacunas tendem a desaparecer, e o restante terá igual destino, não inteiramente, decerto, pois a perfeição não é deste mundo, mas na medida e nos termos do conselho de um dos mais circunspectos cidadãos da minha república, Erasmus, cujo último discurso sinto não poder dar-vos integralmente. Encarregado de notificar a última resolução legislativa às dez damas incumbidas de urdir o saco eleitoral, Erasmus contou-lhes a fábula de Penélope, que fazia e desfazia a famosa teia, à espera do esposo Ulisses.

- Vós sois a Penélope da nossa república, disse ele ao terminar; tendes a mesma castidade,

paciência e talentos. Refazer o saco, amigas minhas, refazer o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência.

Fim